

**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA
REVISÃO E REDAÇÃO**

SESSÃO: 239.1.54.O

DATA: 12/09/11

TURNO: Vespertino

TIPO DA SESSÃO: Ordinária - CD

LOCAL: Plenário Principal - CD

INÍCIO: 14h23min

TÉRMINO: 18h27min

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador

Obs.:

Ata da 239ª Sessão, em 12 de setembro de 2011

Presidência dos Srs.:

**Luiz Couto, Moreira Mendes, Marçal Filho,
Cleber Verde, § 2º do art. 18 do Regimento
Interno.**



O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Não havendo *quorum* regimental para abertura da sessão, nos termos do § 3º do art. 79 do Regimento Interno, aguardaremos até meia hora para que ele se complete.



I - ABERTURA DA SESSÃO

(Às 14 horas e 23 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II - LEITURA DA ATA

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI, servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Passa-se à leitura do expediente.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI, servindo como 1º Secretário, procede à leitura do seguinte

III - EXPEDIENTE



O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Antes de dar prosseguimento à sessão, esta Mesa dá conhecimento ao Plenário do seguinte:

“Indicações para a vaga de Ministro do Tribunal de Contas da União.

Nos termos do § 1º do art. 2º do Decreto Legislativo nº 6, de 1993, foram encaminhadas as seguintes indicações para preenchimento da vaga de Ministro do Tribunal de Contas da União, obedecendo o disposto no art. 73, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 105 da lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992.

Pela Liderança do PPS foi indicado o Sr. Rosendo Severo;

Pela Liderança do PSB foi indicada a Sra. Deputada Ana Arraes;

Pela Liderança do PCdoB foi indicado o Sr. Deputado Aldo Rebelo;

Pela Liderança do PMDB foi indicado o Sr. Deputado Átila Lins;

Pela Liderança do PDT foi indicado o Sr. Deputado Damião Feliciano;

Pela Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL foi indicado o Sr. Deputado Milton Monti;



*Pela Liderança do PTB foi indicado o Sr. Deputado
Jovair Arantes;*

*Pela Liderança do PSC foi indicado o Sr. Deputado
Sérgio Brito;*

*Pela Liderança do PP foi indicado o Sr. Deputado
Wilson Covatti.*

*Todas essas indicações receberam o seguinte
despacho do Presidente Marco Maia:*

*‘Acolho a presente indicação, nos termos do § 1º
do art. 2º do Decreto Legislativo nº 6, de 1993.
Encaminhe-se à Comissão de Finanças e Tributação.
Publique-se’.*

A matéria, portanto, vai à publicação.”



O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Passa-se ao

IV - PEQUENO EXPEDIENTE

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Onofre Santo Agostini.



O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI (DEM-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, devo falar no Pequeno Expediente e vou abordar o assunto, mais uma vez, das enchentes no meu Estado, que causaram transtornos a todo o Alto Vale do Itajaí, alagando várias cidades, chegando a ponto de duas cidades declararem estado de calamidade pública.

Aproximadamente 70 cidades declararam estado de emergência. Realmente os prejuízos foram muito grandes. Alguns Municípios ainda estão alagados. Daqui a pouco vou abordar bem o assunto, mas faço este registro agora.

Mais uma vez, Santa Catarina está sendo castigada pela natureza, com muitas chuvas, e, por via de consequência, grandes desastres estão acontecendo no nosso Estado.

Graças a Deus, poucas vidas foram ceifadas. É lógico que três vidas são o bastante, mas no passado muito mais vidas foram ceifadas.



O SR. JOÃO ANANIAS (Bloco/PCdoB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero destacar com muita alegria a fala da Presidenta Dilma, em uma entrevista dada aos meios de comunicação do nosso País, quando disse, com muita ênfase, que a saúde pública brasileira precisava de muito mais recursos do que tem hoje. S.Exa. enfatizou por mais de uma vez essa questão.

Isso nos anima. É sinal de que a nossa Presidenta está atendida com essa grave questão do financiamento da saúde pública no País. E quando a Presidenta reconhece isso é sinal de que nós encontraremos a saída para o financiamento do Sistema Único de Saúde — SUS, que é uma luta histórica, uma luta de tantos brasileiros que pagam, na própria pele, muitas vezes com a própria vida, pela falta de acesso à saúde pública.

O SUS é um modelo espetacular, é um modelo que nos contempla, desde que resolvamos a questão do maior gargalo: o financiamento.

Portanto, como Deputado do PCdoB, partido da base de apoio da Presidenta Dilma, não poderia deixar de parabenizá-la pela ênfase de suas palavras.

A nossa esperança aumenta. É sinal de que a nossa luta, nesta Casa, não é estéril, mas consequente.



O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Passamos agora ao período do Pequeno Expediente, com até 5 minutos.

O primeiro orador inscrito é também o Deputado João Ananias, do Bloco PCdoB do Ceará. S.Exa. dispõe de até 5 minutos.

O SR. JOÃO ANANIAS (Bloco/PCdoB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho hoje à tribuna da Câmara dos Deputados, no período do Pequeno Expediente, para fazer uma breve prestação de contas e um breve relato da missão oficial de que participamos — eu, como Presidente da Subcomissão sobre a organização e o financiamento do SUS, juntamente com o Deputado Rogério Carvalho, na condição de Relator — ao visitar os serviços de saúde da França e da Inglaterra.

Claro que nós sabíamos de muitas coisas, mas queríamos saber da atualidade. Sabedores que éramos de uma reforma em curso, principalmente na Inglaterra, visitamos aqueles dois países e fomos profundamente bem recebidos na nossa missão. Temos informações importantes que servirão de parâmetro para o SUS e para a nossa Subcomissão, que apresentará um relatório até o fim de setembro, mais precisamente dia 29 de setembro, na Comissão de Seguridade Social e Família. E, em outubro, apresentará à sociedade um relatório, fazendo não apenas um diagnóstico da situação atual, mas também apresentando proposituras que deverão, com certeza, tramitar no Congresso Nacional.

Mas eu não vou entrar no mérito, Sr. Presidente, da comparação com os demais sistemas, muito menos analisar o que fará o Relator Rogério Carvalho no momento oportuno.



Eu quero agradecer aos responsáveis pelo êxito dessa nossa missão. Temos que começar destacando o papel do Itamaraty. Tivemos um apoio importantíssimo do Itamaraty, através dos Diplomatas Sergio Danesi e Paulo Ming, que têm a tarefa de manter contato do Itamaraty com o Congresso Nacional. Eles prepararam, junto às Embaixadas do Brasil na Inglaterra e na França, essa nossa agenda em cima daquilo que propusemos, das nossas curiosidades, das nossas intenções de visitar aqueles dois países.

Não poderíamos deixar também de agradecer às pessoas desta Casa, o Helio Rodrigues, a Thayane de Souza, do gabinete do Deputado Rogério Carvalho, e ao Hugo Júnior Scheiner de Brito, que é funcionário da Câmara, no meu gabinete. Eles colaboraram muito com essa tarefa. E agradeço principalmente às Embaixadas de Londres e Paris, através de nossos Embaixadores Roberto Jaguaribe, na Inglaterra, e o Embaixador do Brasil na França, José Mauricio Bustani, que foram extremamente solícitos, colocando a nossa disposição o apoio dessas embaixadas, o que facilitou sobremaneira a nossa missão. A propósito, estiveram presentes Paulo Ming, Secretário do Itamaraty, que fez a ligação com o Congresso Nacional, e a Conselheira Mariana Moscardo, da Embaixada do Brasil em Paris. Eles nos ajudaram bastante nas reuniões de trabalho.

Meu caro Presidente Luiz Couto, hoje ficam claros o papel e a importância que o Brasil tem no exterior. Parte dessa importância deve-se ao grande trabalho que há alguns anos vem sendo feito pelo Itamaraty e por nossas embaixadas no exterior.



Aproveito para citar a presença, às próprias expensas, do Presidente da Câmara Municipal de Aracaju; do Vereador Emanuel Nascimento, nosso acompanhante na viagem; e do assessor da Subcomissão Fabio Gomes.

Sr. Presidente, quero fazer meus agradecimentos aos gestores dos sistemas de saúde da Inglaterra e da França, que foram extremamente solícitos. Fomos recebidos na House of Lords, em Londres, o Palácio dos Lordes, pelo ex-Ministro da Saúde, hoje um dos integrantes do Palácio dos Lordes, Lord Nigel Crisp, que facultou nosso acesso a uma sessão no Palácio dos Lordes, o que nos deixou muito honrados.

Por último, agradeço ao Deputado Marco Maia, Presidente da Câmara dos Deputados, e ao Deputado Saraiva Felipe, Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família, o apoio para que essa missão ocorresse, o que foi um ganho importante.

Hoje temos parâmetros, com certeza, importantes para debater melhor a questão do SUS e, principalmente, o seu financiamento.

Solicito que este pronunciamento seja publicado nos meios de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Concedo a palavra ao Deputado Waldenor Pereira. S.Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. WALDENOR PEREIRA (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o povo do Estado da Bahia ainda comemora o anúncio feito recentemente pela nossa Presidenta Dilma Rousseff de instalar no Estado duas novas universidades federais e nove novos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

Por muitos anos, o Estado da Bahia se viu privado de uma maior oferta de ensino superior federal. Por 59 anos, foi mantida uma única instituição universitária, a Universidade Federal da Bahia, e somente após a eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva é que conseguimos instalar uma nova universidade, a Universidade Federal do Recôncavo. Outra universidade, a Universidade Federal do Vale São Francisco, divide com o Estado de Pernambuco os cursos de graduação. Agora, a Presidenta Dilma Rousseff anuncia a instalação dessas duas novas universidades, fato ainda celebrado pelo povo do nosso Estado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, embora nosso Estado seja um dos mais importantes do País, com o quinto maior Produto Interno Bruto brasileiro, até então, infelizmente, oferecia apenas 13% das vagas do ensino superior em instituições federais. Daí procede a razão de se instalarem essas duas novas universidades.

Estados economicamente inferiores ao nosso já ofereciam maior número de universidades, cursos de graduação e pós-graduação. Não fosse o esforço do Governo Estadual ao oferecer quatro universidades estaduais, nosso Estado,



naturalmente, estaria convivendo com uma dura realidade: estaria na contramão do desenvolvimento acadêmico.

Sr. Presidente, embora ainda esteja comemorando esse feito, a população do sudoeste da Bahia, naturalmente alegre e satisfeita com a chegada das duas universidades, ao ter conhecimento do anúncio feito pela Presidenta Dilma Rousseff, justificadamente reclamou por causa da não instalação de uma dessas universidades naquela região.

Naquela região, mais especialmente no Município de Vitória da Conquista, foi instalado em 2005 um *campus* avançado da Universidade Federal, que já se encontra totalmente consolidado. A propósito, foi homenageado o extraordinário pedagogo Anísio Teixeira, que deu nome ao *campus*. Já são oferecidos seis cursos de graduação, e três novos cursos serão instalados no próximo ano para mais de 1.500 alunos; há curso de mestrado e doutorado interinstitucional, sem contar que mais de 30 milhões de reais foram investidos nas instalações físicas e laboratoriais.

Trata-se, portanto, de um *campus* consolidado, que consideramos o embrião para a transformação, a constituição e a instalação de uma universidade federal naquela região, tendo como sede o Município de Vitória da Conquista.

Já estivemos com o Ministro Fernando Haddad, com o Prof. Luiz Cláudio, Secretário Nacional da SESU, a quem apresentamos os dados para a consolidação do *campus* da Universidade Federal da Bahia, chamando a atenção para a pujança econômica da nossa região, uma das regiões de maior dinamismo econômico do Brasil que experimenta grande crescimento e grande progresso, polarizando mais de 2 milhões de habitantes, inclusive parte do norte de Minas Gerais. A região,



portanto, está perfeitamente preparada e estruturada para receber uma universidade federal.

Comemoramos alegres a chegada das universidades ao oeste e ao sul da Bahia, mas já estamos trabalhando firmemente para que a próxima decisão do Governo Federal de instalar uma nova universidade federal no Estado da Bahia contemple a Universidade Federal do Sudoeste, pelo que já foi feito, pelo *campus* que já se encontra consolidado, pelo capital intelectual e acadêmico que já se formou naquele *campus* universitário e pela importância que a região do sudoeste representa para o nosso Estado.

Nós estamos esperançosos de receber todo o apoio do Governador Jaques Wagner, do Ministro Fernando Haddad e da nossa Presidenta Dilma Rousseff, para que a próxima universidade federal a ser instalada no Estado da Brasil seja a Universidade Federal do Sudoeste da Bahia.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Quero registrar a presença de visitantes nas galerias do nosso plenário. Sejam bem-vindos à nossa Casa e participem deste momento de debates e discursos que estamos apresentando.



O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Concedo a palavra ao Deputado Roberto de Lucena, do Bloco PV de São Paulo. S.Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. ROBERTO DE LUCENA (Bloco/PV-SP. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, ilustre Sr. Presidente Luiz Couto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, chamo a atenção de V.Exas. para a passagem de 10 anos do brutal assassinato de Antônio da Costa Santos, o Toninho do PT, então Prefeito da cidade de Campinas.

Campinas é o terceiro Município do Estado de São Paulo e o maior do interior paulista. Sua população beira 1,3 milhão de habitantes. É polo científico, tecnológico, cultural, educacional e industrial. Contribuí com esta Casa nesta Legislatura, ao enviar para cá quadros importantes, como os brilhantes Deputados Carlos Sampaio, Jonas Donizete, Paulo Freire e Guilherme Campos. É uma das cidades mais espetaculares do Brasil, onde reside um povo maravilhoso.

Aliás, Sr. Presidente, quero aproveitar esta oportunidade para desejar, pelo bem daquele povo que muito respeito, boa sorte e êxito ao Prefeito Demétrio Vilagra, a quem cabe a enorme responsabilidade de conduzir o Governo Municipal num momento delicado da história daquela cidade, bem como ao Vereador Josias Lech, Líder do Governo na Câmara.

Toninho era o elemento catalisador da esperança do povo campineiro. Era o fiel depositário dos sonhos de grande parcela da população, que ansiava pelo dia em que os setores mais sensíveis da sociedade pudessem ter sua voz ouvida pelo Governo Municipal e que a periferia fosse especialmente prestigiada.

Toninho representava muito para aquela gente. Representava o compromisso com a ética e com a transparência. Representava a ascensão da classe



trabalhadora ao poder e a certeza de que as portas da Prefeitura estariam sempre abertas para todos.

Em nome de sabe-se lá que interesse, ele pagou caro, pagou com a própria vida. Sua morte chocou a cidade e o Brasil. O dia era 10 de setembro de 2001. Ocupou as capas dos jornais municipais da região e do Brasil e grande espaço no noticiário da mídia radiofônica e televisiva. No dia seguinte, no entanto, o fatídico 11 de setembro, aconteceram os ataques terroristas aos Estados Unidos.

A morte de Toninho do PT, Toninho de Campinas, foi quase esquecida. Passou aos rodapés das páginas dos jornais e depois praticamente desapareceu.

Passados 10 anos, essa morte ainda não foi esclarecida, apesar de todo o incansável esforço da sua família, que tem buscado apoio até mesmo internacional depois de bater aqui em tantas portas que não se abriram.

Quatro suspeitos, Sr. Presidente, de estar envolvidos naquela tragédia foram chacinados no litoral de São Paulo. Provas desapareceram. Movimentos estranhos ocorreram. A Polícia Federal jamais chegou a entrar na investigação.

No último dia 6 de setembro, a viúva do político, Roseana Garcia, veio a Brasília solicitar ao Ministro da Justiça, Dr. José Eduardo Cardoso, a entrada da Polícia Federal no caso. Ela também requereu ao Procurador-Geral da República, Roberto Gurgel, a federalização das investigações. A família de Toninho e o povo de Campinas esperam e merecem uma resposta.

Assim como a morte de Celso Daniel, ex-Prefeito de Santo André, a morte de Antonio da Costa Santos tem estado envolvida numa atmosfera de mistério, numa cortina de fumaça.



Infelizmente nada há que possamos fazer para trazer de volta a vida desse homem chamado carinhosamente de Toninho, mas podemos, Sras. e Srs. Deputados, nos unir àquelas vozes da sociedade que exigem do Estado que ele cumpra seu papel no esclarecimento do caso e na devida aplicação da lei, a fim de que os responsáveis sejam punidos.

E neste sentido informo, Sr. Presidente, Deputado Luiz Couto, que estou encaminhando um pedido oficial ao Exmo. Sr. Procurador-Geral da República para que envie de imediato o requerimento de federalização ao Superior Tribunal de Justiça, o que é possível e legalmente permitido. Lembro que no Brasil já tivemos um caso de federalização, o do Manoel Matos, advogado pernambucano morto em 2009, cujo crime foi o primeiro a sair da jurisdição de um Estado para ser julgado pela União.

Finalizando, Sr. Presidente, solidarizo-me com a família de Antonio da Costa Santos, o Toninho do PT, ex-Prefeito de Campinas, e peço a Deus que traga sempre seu conforto e sua paz ao coração da esposa, dos filhos, dos netos, dos demais parentes e dos amigos.

Era o que eu tinha a dizer.

Que Deus abençoe o Brasil.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, chamo a atenção de V.Exas. para a passagem de 10 anos do brutal assassinato de Antonio da Costa Santos, o Toninho do PT, então Prefeito da cidade de Campinas.



Campinas é o terceiro Município do Estado de São Paulo, e o maior Município do interior paulista. Sua população beira os 1,3 milhão de habitantes. É polo científico-tecnológico, cultural, educacional e industrial. Contribuí com esta Casa, nesta Legislatura, enviando para cá quadros importantes como os Deputados Carlos Sampaio, Jonas Donizete, Paulo Freire e Guilherme Campos. É uma das cidades mais espetaculares do Brasil, onde reside um povo maravilhoso. Aliás, quero aproveitar esta oportunidade para desejar, pelo bom desse povo a quem muito respeito, boa sorte e êxito ao Prefeito Demétrio Vilagra, a quem coube uma enorme responsabilidade, que é a de conduzir o Governo Municipal num momento muito delicado da história daquela cidade, bem como ao Vereador Josias Lech, Líder do Governo na Câmara.

Toninho era o elemento catalisador da esperança do povo campineiro. Era o fiel depositário dos sonhos de grande parcela da população que ansiava pelo dia em que os setores mais sensíveis da sociedade pudessem ter sua voz ouvida pelo Governo Municipal e de que a periferia fosse especialmente prestigiada.

Toninho representava muito aquela gente. Representava o compromisso com a ética e com a transparência. Representava a ascensão da classe trabalhadora ao poder e a certeza de que as portas da Prefeitura estariam sempre abertas para todos.

Em nome de sabe-se lá qual interesse ele pagou com a vida. Sua morte chocou a cidade e o Brasil.

Era o dia 10 de setembro de 2001.

Ocupou as capas dos jornais municipais da região e do Brasil e um grande espaço no noticiário da mídia radiofônica e televisiva.



Dia seguinte, no entanto, o fatídico 11 de setembro, aconteceram os ataques terroristas nos Estados Unidos.

A morte de Toninho do PT, Toninho de Campinas, foi quase esquecida. Passou aos rodapés das páginas dos jornais e, depois, praticamente desapareceu.

Passados 10 anos essa morte ainda não foi esclarecida, apesar de todo incansável esforço da sua família, que tem buscado, inclusive, apoio internacional, depois de bater aqui em tantas portas que não se abriram.

Quatro suspeitos de estarem envolvidos nessa tragédia foram chacinados no litoral de São Paulo. Provas desapareceram. Movimentos estranhos ocorreram. A Polícia Federal jamais chegou a entrar na investigação.

No último dia 6 de setembro, a viúva do político, Roseana Garcia, veio a Brasília solicitar ao Ministro da Justiça, Dr. José Eduardo Cardoso, a entrada da Polícia Federal no caso. Ela também requereu ao Procurador Geral da República, Roberto Gurgel, a federalização das investigações. A família de Toninho e o povo de Campinas esperam uma resposta.

Assim como a morte de Celso Daniel, ex-Prefeito de Santo André, a morte de Antonio da Costa Santos tem estado envolvida numa atmosfera de mistério, numa cortina de fumaça.

Infelizmente nada há que possamos fazer para trazer de volta a vida desse homem chamado carinhosamente de Toninho, mas podemos, Sras. e Srs. Deputados, nos unir àquelas vozes da sociedade, que exigem do Estado que ele cumpra seu papel no esclarecimento do caso e na devida aplicação da lei, a fim de que os responsáveis sejam punidos.



Nesse sentido informo que estou encaminhando um pedido oficial ao Exmo. Sr. Procurador-Geral da República para que envie de imediato o requerimento de federalização ao Superior Tribunal de Justiça, o que é possível e legalmente permitido. Lembro ainda que no Brasil já tivemos um caso de federalização, o do Manoel Matos, advogado pernambucano morto em 2009, cujo crime foi o primeiro a sair da jurisdição de um Estado para ser julgado pela União.

Aqui me solidarizo com a família de Antonio da Costa Santos, o Toninho do PT, ex-Prefeito de Campinas, e peço a Deus que traga sempre seu conforto e sua paz ao coração da esposa, dos filhos, dos netos, dos demais parentes e amigos.

Era o que tinha a dizer.

Que Deus abençoe o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Muito obrigado, Deputado Roberto de Lucena.



O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Concedo a palavra ao Deputado Onofre Santo Agostini, do Democratas de Santa Catarina.

S.Exa. dispõe de até 5 minutos.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI (DEM-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, cumprimento V.Exa., os Srs. Deputados, os visitantes e, de modo especial, o povo brasileiro que nos honra neste momento com a audiência.

Mais uma vez o meu Estado de Santa Catarina sofre com as chuvas, as enchentes que nos causam transtorno. Em 2008, vivemos momentos dramáticos com mais de 130 vidas perdidas; agora, infelizmente, três vidas foram ceifadas do nosso meio. A região do Alto Vale do Itajaí e alguns Municípios da região serrana foram atingidos pelas constantes chuvas. Choveu, Srs. Deputados, 72 horas sem parar 1 minuto sequer, dia e noite, e naturalmente os rios não suportaram.

O Rio Itajaí-Açu transbordou. Vejam V.Exas. que ele está 9 metros fora do seu leito. Evidentemente, todas as cidades foram atingidas. Todos os Municípios foram muito prejudicados, mas o que mais sofreu foi o de Rio do Sul, porque fica no pé da serra, entre a região serrana e o Vale do Itajaí. Oitenta por cento da cidade foi alagada, e ainda se encontra alagada. O Sr. Prefeito do Município, Milton Hobus, dinâmico, fez de tudo, mas infelizmente contra a força da natureza não há o que fazer.

Mas eu quero fazer um registro, Srs. Deputados, povo brasileiro: as consequências não foram maiores graças à eficiência do Governador de Santa Catarina, Raimundo Colombo, que, junto com o Secretário da Defesa Civil do Estado, Geraldo Althoff, ex-Senador, os Prefeitos e as Defesas Civis, tomou algumas providências. Vejam V.Exas. que a Defesa Civil do Estado de Santa



Catarina, no segundo dia de chuva, já estava alertando toda a população para as consequências.

Eu até estou elaborando um projeto de lei, Srs. Deputados, para tornar obrigatório que todos os Municípios brasileiros tenham a sua Defesa Civil.

Aliás, queremos aqui registrar que no momento esteve lá o Ministério da Integração Nacional, por meio do grande Secretário Coronel Humberto Viana, prestando solidariedade, com a Ministra Ideli Salvatti, catarinense. Lá esteve o Ministério da Integração Nacional, a Defesa Civil nacional, como também a Defesa Civil do Estado, muito eficiente, e a Defesa Civil dos Municípios.

A Defesa Civil de Blumenau, um dos Municípios mais atingidos, prontamente tomou todas as providências para evitar um desastre maior, assim como as Defesas Civas de Itajaí, de Rio do Sul, enfim, de todos os Municípios.

Estamos estudando com o nosso departamento técnico a elaboração de um projeto de lei que torna obrigatório que todos os Municípios brasileiros tenham Defesa Civil, porque, quando acontece o desastre, a primeira a ser chamada é a Defesa Civil do Município. Ela tem que estar preparada para atender, fazer advertências, prestar os primeiros socorros e assim por diante; depois, a Defesa Civil do Estado e, posteriormente, a Defesa Civil nacional.

Há necessidade de equiparmos as Defesas Civas municipais. É no Município que os desastres acontecem. Por isso, precisam os Municípios ter a Defesa Civil municipal. Nós estamos estudando esse projeto de lei para tornar obrigatório que todos os Municípios tenham sua Defesa Civil.

Neste momento, estamos tristes, evidentemente, porque perdemos três vidas humanas e muitos bens — todos os Municípios foram severamente castigados, e



ainda estão sendo castigados —, mas prestamos aqui o nosso agradecimento ao Governo Federal, por intermédio do Ministério da Integração Nacional, da Secretaria Nacional de Defesa Civil; ao Governo do Estado de Santa Catarina, que foi extraordinário; à Defesa Civil do Estado de Santa Catarina; a todos os Prefeitos, que tomaram as devidas providências, e, principalmente, ao povo brasileiro, que foi mais uma vez solidário com Santa Catarina, dando esse apoio ao povo sofrido do Estado.

Não vamos nos entregar, Sr. Presidente. Podem V.Exa., os Srs. Deputados e o povo brasileiro ter certeza de que nós, catarinenses, vamos reagir, como fizemos muitas vezes, em Blumenau, no Vale do Itajaí, em toda a região prejudicada.

Nós sempre reagimos e vamos reagir, sem dúvida nenhuma, mais uma vez, levantando o nosso Estado. O grande Prefeito de Rio do Sul estava ontem, antes de ontem, muito nervoso, aos prantos, porque viu a sua terra sendo devastada pela enchente, mas reagiu tomando as providências.

Todos os Municípios atingidos estão reagindo e, se Deus quiser, dentro de alguns dias, nós vamos ter notícia boa, porque Santa Catarina está mais uma vez ressurgindo, reagindo às tempestades e se tornando esse grande Estado, que é, sem dúvida nenhuma, um dos mais importantes do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Obrigado, Deputado.

Durante o discurso do Sr. Onofre Santo Agostini, o Sr. Luiz Couto, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Moreira Mendes, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.



O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Passo a palavra ao Deputado Luiz Couto, do PT da Paraíba.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desde quando éramos Deputado Estadual na Paraíba, travamos uma luta para desvendar a ação de grupos de extermínio na divisa Pernambuco-Paraíba. E, como Parlamentar de primeiro mandato nesta Casa, a primeira coisa que fizemos foi apresentar um requerimento, uma documentação para realização de uma CPI para investigar os crimes que aconteciam não apenas na divisa Pernambuco-Paraíba, mas em todo o Nordeste, uma vez que os dados que nós tínhamos eram dessa região.

A CPI do Extermínio no Nordeste trouxe uma realidade profunda em todo o País. Hoje nós verificamos as milícias armadas privadas, dos chamados milicianos, no Rio de Janeiro. Também há milícias privadas em outras regiões: no Nordeste, na nossa Paraíba, nos Estados em que chacinas estão acontecendo, como São Paulo, onde em 4 meses seis chacinas foram praticadas contra jovens. **E** jovens que na maioria não tinham qualquer entrada na polícia, ou seja, jovens que trabalhavam, que estavam denunciando essas práticas de policiais corruptos e que tiveram como resposta a morte, a execução.

O Mapa da Violência 2011 revela a ação desses grupos de extermínio em todo o País, e uma categoria é o alvo principal: jovens pobres que moram nos bairros periféricos e são afrodescendentes. Na realidade, os nossos adolescentes estão sendo vítimas da sanha dos grupos de extermínio que atuam em diversos Estados.



E por que esses jovens são executados? São executados porque foram recrutados pelo crime organizado, pelo narcotráfico, e chega o momento em que querem sair, querem servir ao Exército, querem deixar aquela atividade criminosa. Nesse momento o chefe do narcotráfico diz: *“Esses não podem viver. Têm que ser executados, porque têm informações privilegiadas, sabem onde funcionam as bocas de fumo, sabem quem são os clientes, enfim, esses não podem ficar vivos”*. É o decreto da pena de morte: *“Eles devem ser executados”*.

Nesse final de semana, Sr. Presidente, foi preso Antônio Gomes, chefe de um grupo de extermínio que atuava na divisa Pernambuco-Paraíba. Ele era um dos chefes de uma organização criminosa chamada Anjos da Guarda, que contava com o cabo César, com o Abdoral e com outros policiais. Ele estava preso. Foi preso e condenado por diversos crimes e, numa dessas saídas, não retornou e foi considerado foragido.

Ao sair da prisão, esse homem começou a intimidar testemunhas do caso da morte do advogado Manoel Matos, começou a ameaçá-las. Algumas foram até executadas, assassinadas, como queima de arquivo, como alguém que sabia muito e que deveria ser eliminado para que os mandantes, os financiadores, os protetores não pudessem ser descobertos.

Por isso, é importante que esse crime, que está hoje na esfera federal, possa ser desvendado com sucesso. Inclusive, pedimos ao Ministro da Justiça uma força-tarefa da Polícia Federal para desvendar toda essa situação de extermínio na região polarizada, Pernambuco e Paraíba.

O Governador de Pernambuco já conseguiu desbaratar diversas organizações. O Governador da Paraíba está também nessa perspectiva e já



solicitou inclusive ao Ministro da Justiça uma força-tarefa para desvendar toda a trama das organizações criminosas que atuam naquela região.

Nesse sentido, é importante essa prisão. Esperamos que esse pistoleiro Antônio Gomes possa revelar como se dá a atuação naquela região para que a polícia tenha condições de desbaratar toda a ação desses grupos de extermínio.

Muito obrigado.



O SR. PAES LANDIM (Bloco/PTB-PI.) - Sr. Presidente, há mais ou menos seis ou sete anos, depois de quase dois anos de tramitação nesta Casa, aprovamos o projeto de lei que possibilitava a penúltima criação de varas da Justiça Federal nos Estados brasileiros. O Superior Tribunal de Justiça, na gestão anterior — nessa época, não me recordo se o Ministro Pádua Ribeiro era o Presidente —, havia proposto a criação de 100 varas federais no Brasil, mas sem especificar as localidades. A Câmara decidiu que aqui se escolhessem as localidades, quando o processo chegou à Casa. Fizemos emendas, e eu propunha Picos e São Raimundo Nonato.

No dia da votação, o Relator da proposta, o eminente Deputado Coriolano Sales, ex-Parlamentar da Bahia, de Vitória da Conquista, fez-me um apelo: que eu desistisse de São Raimundo Nonato naquele momento, a fim de que ele, como Relator, atendesse a pedido do próprio tribunal, que solicitava a criação de uma vara especial em Teresina.

Eu abri mão de São Raimundo Nonato. Fiz o requerimento e incluí a vara de Teresina. Foram criadas, na Câmara dos Deputados, as varas de Picos e Teresina. Fui, inclusive, com o nobre Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à época, Desembargador Aloísio Palmeira, fazer a inauguração da vara federal. O Presidente Aloísio Palmeira, com a sua grandeza, fez questão de ressaltar o meu empenho para a criação daquela vara federal em Picos.

Depois, Presidente, examinamos, no ano passado, após 2 anos aqui tramitando, a criação de mais varas federais. O STJ havia proposto a criação de 400 varas, que foram reduzidas pela metade, mais ou menos. Nesse sentido, quando o Governo deliberou que liberava as bancadas para a votação da criação das varas



federais, o Líder Henrique Alves e eu fizemos um apelo para que ninguém indicasse a localidade dessas varas — porque senão iria demorar mais um ano, e a Casa não chegaria a um consenso sobre elas —, para que se deixasse ao alvedrio do próprio Conselho da Justiça Federal a criação dessas varas.

Mas o certo, Sr. Presidente, é que, como São Raimundo Nonato já havia sido preterido da vez passada, eu havia insistido na criação de uma vara ali. Lá está a sede do Parque Nacional Serra da Capivara, Patrimônio Cultural da Humanidade, o melhor parque da Caatinga do Brasil, o mais bem conservado parque do Brasil, e há também um parque entre a Caatinga e o Cerrado, o Parque Nacional Serra das Confusões, em Caracol, ainda não implementado, distante 80 quilômetros de São Raimundo Nonato. Aliás, havia um belo corredor ecológico entre os dois parques, destruído pelos depredadores. Nessa região há a fronteira delicada com a Bahia, porque, destruído o conluio da máfia do tráfico de entorpecentes do chamado “Triângulo das Bermudas”, na região de Pernambuco, lamentavelmente esse tráfico se desenvolveu na direção do Piauí, na fronteira de São Raimundo Nonato com a Bahia e nas proximidades da fronteira com Pernambuco.

Em razão disso, Sr. Presidente, a importância fundamental da presença da Justiça Federal em São Raimundo Nonato. Até porque o Ministério Público Federal se preocupa com a preservação do meio ambiente, e há certa leniência do Ministério Público Estadual nesse particular.

Para surpresa minha, no ano passado, quando a Justiça Federal criou novas varas no Piauí — seis varas —, São Raimundo Nonato não foi lembrado de imediato. A primeira seria em Teresina, preterindo-se inclusive Parnaíba, onde já funcionava um posto avançado da Justiça Federal.



Sr. Presidente, eu procurei na véspera da decisão do Conselho da Justiça Federal o seu Presidente, o eminente Ministro Cesar Asfor Rocha, e disse: *“Mas, Sr. Ministro, se foi inaugurado em fevereiro um posto da Justiça Federal em Parnaíba, atendendo a uma recomendação do Ministro Gilson Dipp, que na época era o Coordenador da Justiça Federal do STJ, e da então Presidente do TRF, Desembargadora Assusete Magalhães, e que contou com a presença dos Desembargadores Jirair Meguerian, Cândido de Oliveira e Tourinho Neto, por que não instalar em Parnaíba a vara federal definitiva? E os custos para a Nação, as diárias pagas para a Justiça Federal se deslocar para Parnaíba?”*

Sr. Presidente, ali mesmo, quando estava em direção à posse do Ministro Aldir Passarinho Júnior, tive a honra de seguir no carro do Ministro Cesar Asfor Rocha, então Presidente do STJ e conseqüentemente do Conselho da Justiça Federal, que autorizou que, em vez da vara especial de Teresina fosse criada a vara especial da Justiça Federal de Parnaíba. Em agosto do ano passado foi formalizada a vara federal em Parnaíba. E ficou mais ou menos convencionado, Sr. Presidente, que a próxima vara de juizado especial federal seria em São Raimundo Nonato, distante 550 quilômetros de Teresina. Para surpresa minha, foi criada outra vara especial em Teresina, no ano passado. Fui convidado para a instalação, mas deixei de comparecer em protesto pela exclusão de São Raimundo Nonato.

Agora, para minha surpresa, estou sabendo que há novamente um movimento para que outra cidade, distante aproximadamente 240 quilômetros de Teresina, sedie a nova vara federal, em detrimento de São Raimundo Nonato, distante 550 quilômetros de Teresina. Isso mostra a profunda insensibilidade da Justiça Federal nesse sentido.



Sou o maior defensor da Justiça Federal nesta Casa, mas sinto que os Deputados sabem escolher melhor a localização das varas do que a própria Justiça Federal. Aliás, convém destacar a criação de varas federais de juizados especiais, retomando-se um pouco a tradição americana, que possui varas federais somente nas Capitais. Esse é o estilo americano. Claro, têm uma federação forte, uma justiça estadual forte. Mas o importante é a ênfase na criação de varas de juizados especiais federais no interior deste grande continente que é o Brasil.

Quero fazer um apelo a este Presidente extraordinário, que é Ari Pargendler, do Superior Tribunal de Justiça, para que não deixe, mais uma vez, São Raimundo Nonato ficar de fora. Isso mostra a profunda insensibilidade de quem está articulando esse complô contra a preservação do meio ambiente da minha região.

Tanto São Raimundo Nonato como a região de Correntes, próxima do Parque Nacional das Nascentes, até agora abandonado e que recebeu a visita até de juízes federais, merecem a presença da Justiça Federal, junto com o Ministério Público Federal e a Polícia Federal, porque é grave a omissão do Ministério Público Estadual e da própria Justiça Estadual, com raras exceções, no que se refere à proteção do meio ambiente na região.

O Cerrado está sendo destruído. Será um grande deserto daqui 20, 30 anos. É importante a Justiça Federal também no Cerrado, na região de Correntes, para preservarmos o meio ambiente daquela região e daquela bela e exuberante vegetação, que está desaparecendo.

Portanto, estamos certos de que o grande Ministro Ari Pargendler haverá de rever com a serenidade e a lucidez que lhe são características, pois é um dos homens mais cultos da Justiça brasileira, esse problema da Justiça Federal nos



Estados, procurando ouvir os representantes das localidades ou pessoas que tenham sensibilidade de dar a direção sobre os locais mais apropriados para uma vara federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela atenção.

Durante o discurso do Sr. Paes Landim, o Sr. Moreira Mendes, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Luiz Couto, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.



O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Concedo ao Deputado Moreira Mendes, do PPS de Rondônia, que disporá de até 5 minutos, assim como todos os Parlamentares, conforme prevê o Regimento.

O SR. MOREIRA MENDES (Bloco/PPS-RO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna, na tarde segunda-feira, para dar notícias do resultado da criação do novo partido, o PSD, para o qual tive a honra de ser eleito Presidente Regional em Rondônia, lá organizando a bancada.

Quero dizer que no último dia 30 de agosto, uma terça-feira, o TRE aprovou, com parecer favorável do Ministério Público Eleitoral, por unanimidade, o deferimento do registro da nova agremiação no Estado de Rondônia.

Fomos o sexto Estado a deferir o registro. Foi o sexto TRE que apreciou a matéria e a deferiu por unanimidade. Hoje, segundo informações, há mais de 14 TREs que já aprovaram a criação do novo partido.

O PSD, Partido Social Democrata, nasce forte em Rondônia, com muitas lideranças: cerca de três Deputados Estaduais, vários Prefeitos, muitos Vereadores. Como eu disse, tive a honra de ser escolhido Presidente Regional em convenção que precedeu o pedido de registro.

Quero dizer também, Sr. Presidente, que realizamos o primeiro encontro estadual do PSD no Estado de Rondônia no dia 3 deste mês, sábado, na cidade de Jarú, que fica no centro do Estado. O evento foi organizado pelo Vice-Prefeito, Flávio Correia, que faz parte da nova agregação política. Foi uma festa magnífica. Vieram pessoas de todo o Estado, praticamente de todas as cidades de Rondônia — Deputados, Vereadores e Prefeitos.



Tivemos a honra de receber a visita do Governador do Estado, Confúcio Moura, que foi prestigiar o evento, e contamos também com a presença do nosso Presidente Nacional, o Prefeito da cidade de São Paulo, Gilberto Kassab.

Fazemos este registro para dizer que em Rondônia o PSD nasce forte, vigoroso e disposto a cumprir o seu papel no desenvolvimento da política brasileira.

Mas quero desenvolver hoje, Sr. Presidente, outro tema muito importante. Aliás, quero fazer uma denúncia. Nós estamos vivendo no País, ao arrepio daquilo que já decidiu o Supremo Tribunal Federal, um momento de criação de novas terras indígenas. Isso está-se proliferando como algo sem controle. Em todo lugar, em todo Estado, a todo momento, criam-se novas reservas indígenas. O Supremo já decidiu que não se pode criar novas reservas ao ampliar as já existentes — não estou falando de novas reservas.

Eu quero referir-me aqui à Terra Indígena Karitiana — localizada no Estado de Rondônia, mais precisamente no Município de Porto Velho —, que tem cerca de 90 mil hectares.

Eu conheço bem a história desta Terra Indígena Karitiana. Quando cheguei a Rondônia, 40 anos atrás, ela tinha sido recém-criada e contava naquela ocasião com 440 índios da etnia karitiana. Eu conheço a reserva, já estive lá várias vezes.

Hoje, Sr. Presidente, o número de índios da etnia karitiana diminuiu. Eram 470 índios na época da criação da reserva; hoje são 370 índios. Mas há dois deles que, envolvidos com ONGs internacionais — eu quero aqui denunciar — e que sequer falam português, estão ampliando a reserva para mais 160 mil hectares. Ou seja, diminuiu a quantidade de índios na reserva indígena e tem alguém querendo



propor a ampliação da área em mais 160 mil hectares. O que há por trás disso? Qual é o interesse?

São fatos que nós precisamos denunciar aqui e que vão criar um problema nos Municípios de Porto Velho e de Candeias do Jamari, sobretudo no distrito de Triunfo. Grande parte das propriedades são tituladas — fazendas, sítios, pequenas propriedades rurais e de agricultura familiar —, terras licitadas pelo Governo Federal, com título definitivo há mais de 15 anos. De repente, do nada, surgem alguns “heróis”, entre aspas, defensores dos índios para ampliar uma reserva sem necessidade.

Esse é um fato que nós precisamos denunciar. Eu quero dizer que no dia 28 de setembro a população daquela tribo indígena — 99% deles não querem a ampliação da reserva — virá a Brasília para falar com o Presidente da FUNAI; no dia 18 de outubro nós realizaremos uma audiência pública na Comissão de Agricultura, a requerimento do Deputado Carlos Magno e a meu requerimento, para discutir esse assunto, apurar responsabilidades e esclarecer a opinião pública brasileira. Há muita coisa por trás disso que precisa ser esclarecida.

Com relação a este momento, agora, de criarem novas reservas indígenas e ampliarem as já existentes, entendo que há algo por trás disso que precisa ser esclarecido. E a sociedade brasileira precisa tomar conhecimento dos fatos.

Portanto, Sr. Presidente, é essa a denúncia que quero fazer nesta tarde, para que todos tomemos conhecimento da gravidade do assunto.



O SR. IZALCI (Bloco/PR-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, em primeiro lugar quero registrar uma audiência pública realizada semana passada, para discutir o projeto de lei que está sendo encaminhado à Câmara Legislativa do Distrito Federal sobre o estudo de impacto de vizinhança. Nessa audiência pública foi apresentado um projeto de lei complementar no sentido de permitir que as escolas possam cobrir suas quadras.

Está fazendo aproximadamente 12 anos que procurei o Governador, à época, solicitando que S.Exa. permitisse a mudança na legislação, para que as quadras das escolas, públicas ou privadas, pudessem ter suas coberturas sem se considerar como área construída. Evidentemente que, se computarmos a cobertura das quadras de esporte como área construída, ultrapassaremos muito o limite dos lotes regulamentados aqui, no Distrito Federal.

E agora, depois de 12 anos, o projeto ainda não foi aprovado, mas foi discutido em uma audiência pública para ser encaminhado à Câmara Legislativa.

Os Deputados que estão aqui constantemente sabem que nós estamos passando agora por uma seca imensa, com a umidade relativa do ar chegando a 13%, com o calor chegando a 33°, 34°, com queimadas para todo lado. E em Brasília, ou no Distrito Federal, é proibido fazer a cobertura das quadras.

Por incrível que pareça, há 4 anos o próprio Secretário de Educação disse que não era matéria de interesse público. Muitas escolas, hoje, e durante muitos anos, nessa época do ano, agosto e setembro, muitas vezes são obrigadas a suspender as aulas em função do calor. E coberturas de quadras e piscinas são praticamente impossíveis aqui.



Algumas escolas públicas a fizeram. Como são públicas, agem sem autorização da lei e passam por cima dela. Mas aqueles que querem cumprir a lei são impedidos de agir, em função do Código de Obras do Distrito Federal.

Vejo agora que, depois de 12 anos, e eu acredito, a Câmara Legislativa deverá, após o encaminhamento do Executivo desse projeto de lei, vai aprová-lo. Isso beneficiará milhares de crianças que hoje praticam esportes no sol ou na chuva. Em Brasília, quando não faz muito calor, chove. Espero que consigamos essa grande vitória, depois de 12 anos.

Outra coisa que eu quero registrar, Sr. Presidente, é que hoje faria 109 anos o nosso grande Juscelino Kubitschek. Hoje se comemora o seu 109º aniversário. E, às 19 horas, nós faremos, no Memorial JK, uma audiência pública, aprovada na Comissão de Educação, em sua homenagem. Ao mesmo tempo, lançaremos o Movimento Brasília 100 Anos, exatamente convocando a sociedade civil organizada a construir um projeto, com o engajamento de todos, um planejamento estratégico para os próximos 50 anos.

Eu li, nesse final de semana, uma reportagem em que Artur Benevides, que é Vice-Presidente do Conselho Comunitário da Asa Sul, desabafa, lamenta que seus representantes, os políticos, não têm cumprido o seu papel no Distrito Federal e convoca a sociedade civil organizada a assumir a administração e o planejamento da nossa cidade. E é isso que nós estamos fazendo hoje. Estamos convocando, convidando todos os sindicatos, as federações, seja patronal, seja de trabalhadores, a sociedade civil organizada, os clubes, o Lions, o Rotary, a maçonaria, a igreja, as associações comerciais, as faculdades. Assumimos a coordenação dos grupos de trabalho — são 14 grupos de trabalho — juntamente com os conselhos regionais



das profissões regulamentadas, exatamente puxando a sociedade civil organizada para esse projeto.

De fato, existe muito essa necessidade. Nós vimos aqui, na semana passada, um aluno do Centro de Ensino do Paranoá morrer eletrocutado. Escolas do Distrito Federal há 30, 40 anos, estão sem reforma, caindo aos pedaços. Além disso, há gente morrendo nos hospitais, o trânsito caótico. Então, de fato, há de se convocar a sociedade civil organizada para que possamos, juntos, construir um projeto.

Não se pode admitir a construção de um estádio de 1 bilhão de reais — e acredito que vai ficar muito mais caro do que isso —, quando temos escolas precisando, realmente, de mínimas reformas, com fio desencapado, com as partes elétrica e hidráulica totalmente destruídas. Inclusive, há escolas em Brasília ainda de madeira, como a do Recanto das Emas, que tem 10 anos. Então, não se justifica isso.

Hoje, então, faremos o lançamento do Movimento Brasília 100 anos.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Concedo a palavra ao Deputado Sebastião Bala Rocha, do PDT do Amapá. S.Exa. dispõe de até 5 minutos.

O SR. SEBASTIÃO BALA ROCHA (PDT-AP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna nesta tarde para falar da cooperação entre Brasil e França em âmbito federal, entre Brasília e Paris, e em âmbito regional, sobretudo na fronteira do Amapá com a Guiana Francesa.

Mas, antes, aproveito a presença do Deputado Izalci no plenário, haja vista que o Deputado é de Brasília e membro da Comissão de Educação, para falar sobre um projeto de minha autoria, que tramita na Comissão de Educação, que permite ao jovem, que no decorrer do terceiro ano do ensino médio for aprovado no vestibular, ingressar diretamente na universidade. Esse projeto visa incentivar, motivar os jovens cientistas de idade menor. O Brasil precisa de novos cientistas.

Achei interessante matéria da *Folha de S.Paulo* na Internet, que diz o seguinte: “*Jovem de 16 anos é o chinês mais jovem a obter mestrado*”. Mestrado com 16 anos, Presidente Luiz Couto! Esse jovem, segundo a matéria, entrou com 10 anos na universidade, concluiu a graduação e, agora, o mestrado. Está aí a China dando ao mundo uma lição de desenvolvimento na área de pesquisa, de tecnologia e assim por diante.

Então, faço este apelo, aproveitando, mais uma vez, a presença do Deputado Izalci. S.Exa. é de Brasília, e foi aqui onde houve a grande polêmica com relação à matrícula na UnB de jovens que, no decorrer do terceiro ano, passaram no vestibular.



Então, Deputado Izalci, já peço o seu voto, para que possamos aprovar esse projeto na Comissão de Educação. Obrigado por ter ficado em plenário para ouvir essa parte do meu pronunciamento.

Sr. Presidente, conforme eu ia dizendo, Brasil e França já assinaram vários acordos de cooperação, já encaminharam, em conjunto, vários projetos relativos a equipamentos militares, a submarinos e assim por diante. É uma cooperação que vem funcionando em grande escala e com grandes perspectivas de se ampliar.

Com relação à cooperação regional é que nós estamos mais preocupados. Eu estive, no dia da Pátria, 7 de setembro, em Oiapoque para receber quatro senadores franceses. Eles visitaram o Amapá e agora estão em Brasília. Amanhã os receberemos em um almoço aqui na Câmara dos Deputados. O assunto principal para a França é a questão dos garimpos na região de fronteira.

Há um acordo assinado entre Brasil e França do qual eu sou o Relator, mas precisamos conversar mais, dialogar mais a esse respeito para decidir o que fazer com relação aos garimpos clandestinos na Guiana Francesa, para onde os brasileiros vão quando atravessam a fronteira. Nós procuramos sempre mostrar às autoridades francesas que, ao fecharem os garimpos — e é uma decisão que tem que ser da França; o Brasil tem apoiado a iniciativa da França de pressionar por esse fechamento —, é preciso substituir a economia de Oiapoque, que hoje gira em torno dos garimpos, por outras. É esse diálogo que nós estamos tendo com várias autoridades francesas, dentre elas os Senadores que, como disse, visitam o Brasil nesta semana.



Então, nós temos colocado na mesa de discussão pontos importantes para nós, do Amapá, quanto à questão dessa cooperação com a França, em âmbito regional.

Nós já aprovamos na Comissão de Relações Exteriores e no plenário da Câmara, inclusive, há menos de um ano, dois importantes acordos: um na área de segurança pública e outro na área de cooperação descentralizada, sendo que este está no Senado para aprovação.

Nós queremos isto: que a França possa estabelecer com o Brasil, com o Amapá cooperações de desenvolvimento econômico na área da pesquisa, em ciência e tecnologia, na área da pesca, na área da energia elétrica em nossa região. Nós estamos trabalhando para levar energia em alta tensão para o Oiapoque e vendê-la à Guiana Francesa, já que eles têm uma carência sobretudo de energia hidráulica. O Amapá vai ser exportador de energia hidrelétrica.

Temos cooperações também em outras áreas, como no turismo, no saneamento básico, na banda larga. Já há interesse da França de vender banda larga para o Brasil. Nós estaremos interligados com a malha de energia nacional, a partir de 2013, através do Linhão de Tucuruí, que vai chegar ao Amapá. Como eu disse, isso vai nos possibilitar vender energia de boa qualidade para a Guiana Francesa e comprar deles a banda larga, que pode ser através da malha energética nacional, através dos cabos de fibra óptica, inclusive comercializadas para todo o País.

Nesse sentido, estamos nos esforçando para que esses acordos aconteçam e que a França, que já tem várias cooperações descentralizadas com outras regiões,



Municípios e Estados brasileiros, possa desenvolver também cooperações importantes na área da economia e da área social no Amapá, na nossa fronteira.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Concedo a palavra ao último orador do Pequeno Expediente, Deputado Augusto Coutinho, do Democratas de Pernambuco. S.Exa. dispõe de até 5 minutos.

Em seguida daremos início ao Grande Expediente.

O SR. AUGUSTO COUTINHO (DEM-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, apresentei projeto de lei que visa regulamentar o patrocínio do Governo Federal e suas estatais ao esporte no Brasil. Os patrocínios seriam direcionados ao esporte olímpico e paraolímpico, excetuando-se as seleções nacionais.

O que me chama a atenção nessa questão e nos fez pensar em apresentar esse projeto é o fato de a PETROBRAS, durante vários e vários anos, ter patrocinado o Flamengo. Hoje ela patrocina o Campeonato Brasileiro da Série A, destinando a ele 18 milhões de reais. Ela tentou fazer esse patrocínio por meio da CBF, que o recusou para não expor sua caixa-preta ao crivo do Tribunal de Contas da União. Na verdade, esse dinheiro poderia ser direcionado ao esporte olímpico e paraolímpico do nosso País. Há uma olimpíada que se aproxima. E, a cada minuto, a cada instante, identificamos a falta de apoio do Governo a esse esporte.

Outro ponto. A ELETROBRAS patrocina o Vasco da Gama. Qual é o critério para se patrocinar o Vasco da Gama e não o Santa Cruz de Pernambuco, o ABC de Natal ou até mesmo outro clube do Maranhão? Qual o critério utilizado pela ELETROBRAS para definir o Vasco da Gama? Critérios subjetivos, com certeza, Sr. Presidente.

O que se pretende com essa regulamentação do nosso projeto é que o dinheiro do Governo Federal e de empresas vinculadas ao Governo Federal seja



destinado aos esportes olímpicos ou paraolímpicos e até mesmo ao patrocínio de seleções. Temos um exemplo em que o patrocínio estatal promoveu uma revolução grande no esporte: a Seleção Brasileira de Voleibol. O Brasil hoje é um país de ponta no cenário mundial do voleibol. Não tenho dúvida de que isso, de fato, se tornou possível e viável porque houve investimento e patrocínio do Banco do Brasil.

Deixo aqui a nossa sugestão, a ser apreciada por esta Casa: recursos do Governo Federal têm de ser destinados com critérios e objetivos. As partidas de futebol que assistimos, como recentemente a da Seleção Brasileira Feminina de Futebol e a da Seleção Brasileira Masculina de Futebol, têm uma enormidade de recursos em sua volta, são administradas por uma Confederação Brasileira questionável — sempre questionável — no que se refere às aplicações desses recursos. Na verdade, a Seleção Brasileira Feminina de Futebol vive em petição de miséria, com suas atletas sem condições de praticar o bom esporte, que no cenário mundial sempre foi referência.

Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. a atenção e solicito que este meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Deputado Augusto Coutinho, V.Exa. será atendido nos termos regimentais.



O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Passa-se ao

V - GRANDE EXPEDIENTE



O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Concedo a palavra, para uma comunicação relevante, ao Sr. Deputado Waldenor Pereira.

O SR. WALDENOR PEREIRA (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, agradeço pela atenção.

Sr. Presidente, venho, em breve comunicação, convidar os baianos, inicialmente os soteropolitanos, para uma audiência pública a ser realizada no próximo dia 15, às 15 horas, no Instituto Federal da Bahia, no Barbalho, que tratará do tema PRONATEC.

Contaremos com a presença de companheiros como o Presidente da Secretaria Nacional da Educação Profissional e Tecnológica, Prof. Eliezer Pacheco; a Reitora do IFBA, a Profa. Aurina Oliveira; o Secretário Especial para a Educação Profissional do Estado da Bahia, Antonio Almerico. Portanto, será um momento especial esta audiência pública, a ser realizada na capital do Estado, em que trataremos do tema PRONATEC.

No dia 16, dando sequência a essa temática, a audiência acontecerá no Município de Vitória da Conquista, segundo Município mais importante do Estado da Bahia, nas dependências do Instituto Federal de Educação Profissional e Tecnológica, e também contará com a presença desses ilustres convidados.

É o convite que faço ao povo da Bahia, especialmente aos de Salvador e de Vitória da Conquista, para participar dessas duas audiências que terão como tema o PRONATEC.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.



O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - O primeiro orador do Grande Expediente é o Deputado Paulo Feijó, do PR do Rio de Janeiro, que dispõe de até 25 minutos.

O SR. PAULO FEIJÓ (PR-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores presentes, crianças, jovens, senhoras, senhores e pessoas com deficiência que me ouvem, veem, e leem pela *Rádio Câmara* e *TV Câmara*, Internet, redes sociais e inclusive pela Língua Brasileira de Sinais — LIBRAS, e em particular os ilustres cidadãos do meu Estado, o Rio de Janeiro, a quem tenho o orgulho de aqui representar, é com muita honra e satisfação que me dirijo aos nobres colegas Parlamentares nesta insigne Casa de leis, quando tenho a oportunidade de expor a defesa intransigente dos interesses dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vou aproveitar esse tempo que me foi reservado para falar principalmente do Município de Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, minha principal base política. Trata-se de um Município que, ao longo dos anos, tem enfrentado dificuldades, mas que, com o Governo da Prefeita Rosinha Garotinho, posiciona-se hoje como um dos Municípios mais promissores, em termos de geração de emprego e diminuição das desigualdades, do Estado do Rio de Janeiro.

Faço este pronunciamento, Sr. Presidente, por dois motivos principais. Primeiro, porque é um pronunciamento verdadeiro e nele vou procurar retratar a realidade auspiciosa vivida pelo Município de Campos, e, segundo, quero manifestar minha gratidão.

Estou aqui, Sr. Presidente, para exercer meu quarto mandato de Deputado Federal. A atividade política é nobre, difícilíssima, às vezes até cruel. Já enfrentei



muitas dificuldades, mas este quarto mandato, confesso aos senhores, foi o mais difícil de todos. Só consegui retornar em função do apoio que tive do grupo liderado pela Prefeita Rosinha Garotinho e pelo próprio Deputado Federal Garotinho.

O sentimento de gratidão — eu sou da antiga. Sou aquele político que a vida toda trabalhei com dedicação, seriedade, prestei serviços —, eu o preservo muito. Então, esse meu pronunciamento também acontece pela oportunidade que me foi concedida por esse grupo.

E por falar em gratidão, Sr. Presidente, até para que V.Exa. tenha certeza de que falo com o coração, eu me formei em Engenharia há 33 anos. E há 33 anos, exatamente, obtive minha primeira oportunidade funcional, através de uma carta feita por um querido tio, o Coronel Jorge Feijó. Ele fez uma carta de encaminhamento ao então Presidente da Rede Ferroviária, através da qual eu pude participar de um processo seletivo, de um concurso, e, a partir disso, ingressei na Rede Ferroviária, em 1978. Foi uma oportunidade magnífica de vida, de experiência profissional e, principalmente, de oportunidades políticas que aconteceram a partir desse emprego. Eu sou agradecido até hoje a esse meu tio, que é Coronel da Reserva do Exército brasileiro, dedicando toda sua vida ao Brasil, prestando bons serviços. Então, gratidão, como diziam os mais antigos, não prescreve. Quero abraçá-lo neste momento, porque hoje ele completa 80 anos de idade. Esse é o registro que, neste início de pronunciamento, quero fazer.

No meu quarto mandato na condição de Deputado Federal renovo desta tribuna o meu compromisso com o Estado do Rio de Janeiro, o qual me orgulho de representar neste Parlamento e, de igual forma, as regiões norte e noroeste do Estado. E no instante em que me refiro ao norte e noroeste do Estado do Rio de



Janeiro, gostaria de ressaltar o valor e a importância dessa região, constituída por Municípios que se destacam em diferentes setores da economia e da cultura pelo povo trabalhador e aguerrido, que se esforça para superar limitações, e hoje um motor a impulsionar o desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro.

Dentre esses Municípios, realço o de Campos dos Goytacazes, terra que adotei de coração, onde criei minha família e resido, e também ponto inicial de minha trajetória política. Campos é hoje uma das mais expressivas forças econômicas do Estado do Rio de Janeiro, atraindo os olhares e os interesses dos principais grupos empresariais e de investidores, sejam brasileiros ou estrangeiros. É considerada a nova fronteira do petróleo, a partir das descobertas das gigantescas reservas em camadas ultraprofundas de pré-sal.

Falar de Campos dos Goytacazes é falar de uma cidade que cresce com ações sérias de inclusão social e de atendimento à população, ao mesmo tempo em que expande suas bases econômicas, modernizando-se, recuperando sua infraestrutura, atraindo investimentos e novos empreendimentos, preparando-se, a cada dia, para um ciclo de prosperidade que hoje já é realidade.

Esse cenário, entretanto, Sr. Presidente, há pouco tempo, antes de 2009, antes da Prefeita Rosinha Garotinho assumir o comando daquela cidade, era absolutamente diferente. Campos vivia uma das suas mais graves crises administrativas, políticas e moral, com o Município tendo sido lançado ao caos e ao abandono em face dos maus gestores que comandaram a Prefeitura, que foram e são investigados pelo Ministério Público Federal e que chegaram, em 2008, a ser presos pela Polícia Federal. Campos vivia o caos.



O processo de recuperação do Município de Campos teve início, colegas de Parlamento, com a eleição da ex-Governadora Rosinha Garotinho para a Prefeitura, tendo assumido a administração municipal em janeiro de 2009, em meio ao conjunto de problemas herdados das gestões anteriores, sem esmorecer um único segundo, trabalhando com afincos e coragem pela construção de um novo tempo, de moralidade, de correção, de ética e de transparência na gestão pública. Foram 11 anos de corrupção e de desperdício de dinheiro público.

O resgate da expressão política e econômica de Campos e a conquista da inclusão social com iniciativas públicas, com o correto uso dos recursos, hoje transformam o Município e a qualidade de vida da população, graças ao impacto da administração da Prefeita Rosinha Garotinho.

A Prefeita Rosinha Garotinho investe em melhorias para o Município os recursos dos *royalties* do petróleo, o que não ocorria antes de sua gestão e que acabou gerando um grande déficit de manutenção e expansão da infraestrutura e da rede de atenção social.

Como resultado de menos de 3 anos de governo, a Prefeita Rosinha Garotinho já é responsável pela melhor administração da história de Campos em termos de realizações em diferentes áreas que estão dando ao Município uma posição de destaque no cenário do nosso País.

Na área social, podemos discorrer sobre vários programas e ações que têm levado benefícios a milhares de famílias em Campos. Mas gostaria de falar sobre duas iniciativas que são a marca de uma gestão marcada pela integração e pela inclusão.



Um desses programas é o Passagem a R\$1, que implantou a tarifa única em todo a cidade. Campos é o maior Município do Estado do Rio de Janeiro em extensão territorial, com vários distritos distantes dezenas de quilômetros da sede, com tarifas que eram muito caras, na faixa de R\$10,00 a R\$15,00, contra o preço de R\$1,60 para as linhas do núcleo urbano.

Com o Cartão Campos Cidadão, que beneficia mais de 30 mil famílias, cerca de milhares de pessoas, as tarifas foram unificadas com a diferença sendo subsidiada pela Prefeitura.

As pessoas pagam apenas R\$1,00 para andar em qualquer ponto de Campos, seja na área rural, seja na área urbana. O impacto dessa política pública foi imediato, resultando na economia para o trabalhador, já que a diferença subsidiada em alguns distritos poderia chegar a valores equivalentes a R\$200,00, R\$400,00, dependendo da localidade. Quantas pessoas passaram a ter chances de obter mais facilmente uma vaga de trabalho, através da redução dos custos de deslocamento, em um círculo virtuoso sem fim, gerado a partir de um único programa.

Ainda na área social, outro programa de forte aspecto de inclusão, de geração de dignidade é o Cheque Cidadão Municipal. São mais de 25 mil famílias que recebem R\$100,00 por mês para aquisição de gêneros alimentícios, seguindo critérios de vulnerabilidade social e com acompanhamento permanente da Prefeitura quanto a pontos como frequência escolar de crianças e adolescentes e regularidade do cartão de vacinação.

Os recursos destinados ao Cheque Cidadão Municipal resgatam famílias que, no passado, eram desassistidas e, em paralelo, fomentam a economia local, porque



o programa cadastra estabelecimentos comerciais em que são realizadas as compras, com o dinheiro circulando na própria localidade da família beneficiada.

A cidade de Campos vivencia uma realidade diferente hoje, quando a Prefeita Rosinha Garotinho consegue impor um forte ritmo de aplicação dos recursos municipais em obras, programas de saúde, construção e reforma de mais de 200 unidades de educação, ações de inclusão social, de qualificação profissional e de geração de trabalho e renda, entre outras diversas políticas públicas sérias e compromissadas com o benefício da população.

Na área de obras e de infraestrutura, não posso deixar de destacar dois fortes programas, tanto pela dimensão do que realizam quanto pelo impacto de urbanização e de cidadania que carregam em seu bojo. O Morar Feliz e o Bairro Legal são programas únicos em todo o Brasil, pelo volume de recursos próprios municipais que são destinados à construção de novos conjuntos residenciais populares e de bairros totalmente urbanizados e recuperados.

Através do Programa Bairro Legal, o Município de Campos está investindo recursos próprios, a maior parte deles oriundos da receita dos *royalties* do petróleo, para a reconstrução de 10 bairros e distritos. O Bairro Legal promove a recuperação da infraestrutura local e muda para melhor a vida de milhares de famílias, que antes viviam em áreas abandonadas, em localidades que alagavam com as chuvas, com ruas sem calçamento, sem calçadas ou praças e sem áreas de lazer e esportes.

O Morar Feliz é o maior programa habitacional do interior do Brasil, implementado apenas com recursos próprios municipais, e demonstra a preocupação da Prefeita Rosinha Garotinho em oferecer melhores condições de



vida a milhares de pessoas desassistidas, que viviam em condições subumanas, em áreas de risco ou em posição de vulnerabilidade social.

São mais de 2 mil casas já entregues, dentre as 5 mil que serão entregues até o final do ano, sendo que todas já se encontram em fase de construção. As casas têm laje, telhado cerâmico, quintal, dois quartos, sala, cozinha, banheiro, com acabamento de qualidade. Dez por cento das casas de cada conjunto residencial são destinados a portadores de necessidades especiais, com equipamentos e recursos de acessibilidade.

Os conjuntos residenciais do Morar Feliz são planejados para oferecer às famílias um novo lar em um novo bairro, com ruas asfaltadas, rede de galerias de águas pluviais, iluminação pública especial, calçadas padronizadas e rampas de acessibilidade.

É assim que Campos tem investido os recursos dos *royalties* do petróleo, dando exemplo ao Estado do Rio de Janeiro e ao Brasil, construindo um Município de maior justiça social e prosperidade econômica.

Na área da saúde, Campos recebeu, em março deste ano, o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, quando veio participar do lançamento, pela Prefeitura, de mais uma nova vacina no calendário público municipal: a vacina contra a Hepatite A para crianças de até 2 anos.

Em sua vinda a Campos, o Ministro Padilha reconheceu os esforços da Prefeitura de Campos e os avanços realizados na atual gestão. Campos tem uma vasta rede de assistência à saúde, composta por mais de sete Unidades Básicas de Saúde — UBS, dois hospitais municipais, além dos serviços contratados a hospitais conveniados.



Só para ter uma noção de números dessa assistência básica, em 2010 foram realizadas, nas UBS municipais, mais de 2 milhões e 200 mil consultas simples e mais de 475 mil consultas especializadas. No mesmo ano passado, foram realizados precisamente 2 milhões e 290 mil exames na rede pública municipal em Campos.

Isso é possível com investimentos continuados dos recursos municipais na rede de saúde pública, conforme orientação da Prefeita Rosinha Garotinho. O Município de Campos, na área de saúde, vai investir 25% do seu orçamento, quando os limites constitucionais impõem uma aplicação mínima de 15%.

Apenas para os hospitais conveniados, que oferecem serviços contratualizados pelo sistema de Gestão Plena da Secretaria Municipal de Saúde, foram destinados mais de R\$30 milhões de recursos municipais, fora os repasses de verbas federais.

O programa de imunização da Prefeitura de Campos é considerado referência nacional. Reduziu o número de casos de doenças, a partir da adoção de vacinas que antes não eram oferecidas pela rede e da ampliação da cobertura dos serviços oferecidos, batendo metas e salvando vidas. Entre essas vacinas com esse potencial, podemos enfatizar a vacina Prevenar, que resultou na redução em 40% da mortalidade infantil, sendo oferecida gratuitamente para milhares de crianças em Campos.

Também adquirida com recursos municipais, a exemplo das vacinas Prevenar, contra meningite e pneumonia e a da hepatite, a Prefeitura também oferece gratuitamente a vacina contra o HPV, para meninas e adolescentes serem protegidas contra o vírus que é o maior causador de câncer de colo do útero.



A Prefeita Rosinha Garotinho é a administradora de uma cidade que recupera sua autoestima, que investe no desenvolvimento de suas crianças e jovens de forma plena e que acredita que estamos todos em Campos vivendo uma fase de expansão e de crescimento.

Essa expansão é sentida por todos que por Campos vislumbram mais de 500 obras em execução, com a cidade ganhando um novo perfil, um ar mais alegre, organizado, respirando novas oportunidades.

Estamos, em Campos, todos atentos ao progresso que já se instala a reboque de importantes ações empresariais, como o Porto do Açú, e por parcerias público-privadas, como o Complexo Logístico e Industrial Farol-Barra do Furado.

A Prefeita Rosinha Garotinho intervém diretamente na atração de empreendimentos para Campos, ao passo em que aposta em qualificação profissional, em apoio ao empreendedor individual, com iniciativas múltiplas, entre elas a destinação de *royalties* do petróleo para empréstimo em taxas subsidiadas, via FUNDECAM — Fundo de Desenvolvimento de Campos, um projeto que deu certo e foi muitíssimo melhorado na atual administração.

Essa atuação assegura resultados com a instalação de hotéis de negócios em Campos, a vinda de novas empresas, a abertura de indústrias, a abertura de milhares de postos de trabalho, traduzindo-se em resultados, em números que atraem a atenção de todo o Brasil.

O Município de Campos está entre os dez maiores geradores de postos de trabalho com carteira assinada, no Estado do Rio de Janeiro. Saltou da 12ª para a 6ª posição no Estado na formalização de micros e pequenos negócios, atingindo a



marca de 5 mil empreendedores individuais legalizados pela Prefeitura, através do Espaço do Empreendedor, projeto criado em abril de 2010.

É importante falar dos números e das realizações de Campos dos Goytacazes como forma de expor o quanto é possível realizar em prol da população se os gestores se esforçarem em atuar com espírito público, como tem feito a Prefeita Rosinha Garotinho.

Ao término desta minha breve exposição, reitero meu apoio incondicional à defesa dos interesses dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro, prioritariamente os do norte e noroeste do Estado, e renovo minha estima e respeito à Prefeita Rosinha Garotinho, colocando-me ao seu lado e do povo daquela cidade para continuar a ajudar a realizar o governo da transformação social e econômica que por tantos anos buscamos e agora conquistamos.

Sr. Presidente, este pronunciamento diz respeito aos feitos da atual administração de Campos, da Prefeita Rosinha Garotinho. Queria aproveitar esses 3 minutos e 27 segundos que faltam para falar também da nossa principal bandeira neste mandato: a defesa intransigente dos *royalties* do petróleo, a favor dos Municípios produtores.

Tive a honra e a feliz oportunidade de, em 1997, estar aqui para votar a favor da Lei nº 9.478, a Lei do Petróleo, que quebrou o monopólio de produção e exploração de petróleo no País.

Talvez tenha sido esse voto uma das maiores contribuições que dei como homem público, porque foi por meio dessa lei que a PETROBRAS quase triplicou a produção de petróleo e que os Municípios produtores passaram a receber *royalties*.



Essa lei, na época, foi muito contestada, pois existia uma grande rivalidade política. A Oposição não queria que fosse aprovada.

Hoje fico feliz de ter tido a coragem de dar o meu voto “sim” para que a Lei nº 9.478 fosse promulgada e trouxesse tantos benefícios, como tem trazido para o Brasil, principalmente para os Municípios produtores.

Na semana retrasada participamos, no Senado da República, de uma reunião com os Governadores dos Municípios produtores, dos Estados produtores. Fiquei feliz, porque estou sentindo que vai prevalecer o entendimento entre Estados produtores e não produtores. Esse entendimento será feito da seguinte forma: as conquistas serão preservadas. Quanto aos *royalties* do pré-sal, será feita a partilha entre todos os Estados e os Municípios não produtores do País.

Acho esse o caminho mais justo, porque os Municípios produtores têm direitos constitucionais, legais, e essa ida da judicialização dessa questão será uma grande derrota para o Brasil e, principalmente, para a classe política. Mas vou defender muito, nesta Casa, que as conquistas sejam obedecidas, preservadas. Ao votar a favor dessa lei, tive um sofrimento muito grande em razão da polêmica na época da sua aprovação. Corajosamente, votei “sim”, na convicção de que estaria fazendo o melhor pelo meu País, pela minha região. O tempo passou, e hoje fico feliz ao ver todo o Estado do Rio de Janeiro e outros Estados lutando pela manutenção dessa lei.

Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. esse tempo, parabenizo os Deputados e as Deputadas e coloco-me à disposição para defender os interesses do povo brasileiro, como também das regiões, que honrosamente, no meu quarto mandato, defendo nesta Casa.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Concedo a palavra pela ordem ao Deputado Fernando Marroni.

Depois, passaremos a palavra ao segundo orador do Grande Expediente.

O SR. FERNANDO MARRONI (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero registrar, nesta Casa, a importante iniciativa do Ministério da Saúde, que anunciou que vai aplicar R\$1,5 bilhões para pesquisas de novos medicamentos e tecnologia na área de fármacos.

O Brasil é importador de 80% dos fármacos hoje utilizados pelo nosso povo. Essa importante ação do Ministério da Saúde, penso, deve diminuir o custo dos remédios e fazer o Brasil avançar na pesquisa, ciência e tecnologia, na área de fármacos.

Sr. Presidente, quero também pedir o apoio do Governo Federal para o controle das importações de pêssego da Argentina.

Em 2008, ficou acordado que o Brasil aceitaria não mais do que 10 milhões de latas de pêssego importado. A região de Pelotas é produtora de pêssego enlatado no Brasil.

Estamos muito preocupados, porque, em 2011, já foram importadas 9 milhões de latas, sendo que a grande importação e consumo de pêssego se dá exatamente no final do ano, na época do Natal e do Ano Novo.

Portanto, estamos a requerer do Governo Federal um controle mais efetivo da importação do pêssego. Temos, na nossa região, 1.800 produtores, mais de 10 mil empregos na cadeia produtiva. Hoje, nossa região é capaz de produzir algo em torno de 40 milhões de latas. Estamos preocupados, porque até o mês de setembro já foram importadas 9 milhões de latas. Nesse ritmo, passaremos das 20 milhões de



latas, o que pode prejudicar a indústria nacional, os empregos na minha região, Pelotas, e na metade do sul do Rio Grande.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Ministério da Saúde anunciou na semana passada que pretende investir R\$1,5 bilhão, até 2015, em pesquisas de novos remédios, tratamentos, vacinas e equipamentos. Os recursos serão destinados ao financiamento de estudos para desenvolvimento de novos princípios ativos e inovação tecnológica. A se confirmar esta previsão do Governo, o valor aplicado será quase quatro vezes maior em comparação ao que foi utilizado nos últimos 4 anos.

A medida é louvável e de fundamental importância porque, com este aumento significativo na área de pesquisas, o Governo Federal poderá ampliar sua capacidade de desenvolver novos medicamentos. De acordo com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, hoje 80% dos estudos de novos princípios ativos de remédios que circulam no Brasil são feitos por empresas e laboratórios multinacionais. Ou seja, com R\$1,5 bilhão investido em pesquisas teremos oportunidade de desenvolver novos princípios ativos e, como consequência, também baratear o custo dos medicamentos.

Além disso, conforme lembrou muito bem o Ministro Alexandre Padilha, quanto mais investirmos em estudos brasileiros na área da saúde, maiores serão as opções de tratamentos destinados a problemas de saúde ligados diretamente à



realidade do País e que necessitam de atenção, como dengue e malária, por exemplo.

Para chegar aos resultados que ataquem diretamente esses males e outros como o câncer, AIDS e outras doenças crônicas, o Ministério da Saúde decidiu rever o número de pesquisas consideradas prioritárias e estabelecer um foco mais restrito aos maiores problemas brasileiros, passando de 838 estudos para 151, divididos em 16 temas. Do total de pesquisas estabelecidas pelo Governo como prioridade, quarenta delas já estão em andamento.

Sendo assim, Sr. Presidente, acredito que o Brasil dá mais um passo extremamente relevante na área de saúde ao aumentar os investimentos em pesquisa. Sabemos todos que nosso País é exemplo mundial na distribuição de medicamentos à população. No entanto, ainda faltava desenvolver o setor de pesquisas em novos remédios, vacinas, tratamentos e equipamentos, o que está sendo feito a partir de agora. Tenho plena certeza de que essa ação do Governo trará benefícios importantíssimos para a saúde de milhões de cidadãos, reafirmando o compromisso que o País possui com o bem-estar de seu povo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aproveito a oportunidade para fazer um alerta sobre a necessidade de cerrarmos fileiras em defesa de um tradicional produto nacional: o pêssego.

Digo isso porque uma grave ameaça à produção nacional de pêssego em conserva se avizinha e poderá desestruturar o setor que hoje envolve mais de 1.800 famílias de produtores rurais e milhares de trabalhadores da indústria.

Há 3 anos Brasil e Argentina firmaram um acordo pelo qual a cada ano é permitido o ingresso de 10 milhões de latas de pêssego em conserva produzido



naquele país no mercado brasileiro. Acontece que, desde o início de 2011, mais de 9 milhões de latas desse produto importado já entraram em nosso País. E com a proximidade do início da safra 2011-2012, as projeções dos industriais brasileiros são de que o volume de pêssego enlatado importado da Argentina a ser despejado no mercado nacional, até o final deste ano, extrapole a casa dos 30 milhões de latas, ou seja, três vezes mais do que o permitido pelo acordo comercial firmado entre os dois países.

A partir disso, fica evidente a necessidade de uma mobilização desta Casa no sentido de obter do Governo Federal a garantia de cumprimento do acordo comercial firmado em 2008.

Para tanto, estou solicitando audiência com o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, José Pimentel, a fim de que S.Exa. possa ouvir, diretamente dos representantes da cadeia produtiva do pêssego brasileiro, as informações que tanta apreensão têm gerado no sul do Rio Grande do Sul, região que detém a maior parte da produção nacional de pêssego.

Aproveito ainda para ressaltar que o cenário internacional de produção de pêssego apresenta-se extremamente favorável à expansão da cultura dessa fruta e que, negar aos produtores e industriais brasileiros a proteção dessa ameaça estrangeira, baseada no descumprimento de um acordo internacional, pactuado, inclusive, pelos dois governos, seria rejeitar a possibilidade da abertura de uma nova frente de desenvolvimento em uma das regiões mais deprimidas economicamente do Brasil.



Por isso, Sr. Presidente, peço a esta Casa todo o apoio necessário para levar adiante a iniciativa de proteger esse importante segmento da produção agrícola e da indústria de alimentos deste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Passamos agora ao segundo orador do Grande Expediente, Deputado Marçal Filho, do PSDB de Mato Grosso do Sul. S.Exa. dispõe de até 25 minutos.

O SR. MARÇAL FILHO (PMDB-MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, foi instalada, no Congresso Nacional, a Comissão denominada de PARLASUL, Parlamento do MERCOSUL, que integra, além do Brasil, o Paraguai, o Uruguai, a Bolívia, a Argentina e, ultimamente, a Venezuela.

Os países são representados pelos Deputados Federais e Senadores. A Comissão PARLASUL se reúne em Montevideú, no Uruguai, com o objetivo de fazer com que as legislações desses países se aproximem, cada vez mais, umas das outras e, assim, cheguem ao que existe atualmente no Mercado Comum Europeu, com uma moeda apenas, com uma importante junção econômica.

Acho que esse momento é rico. À medida que países europeus estão passando por grandes dificuldades, à medida que um país poderoso, como os Estados Unidos, vem passando por problemas, é importante que fortaleçamos, cada vez mais, o MERCOSUL. E o Brasil, como líder desse bloco, precisa empenhar-se mais nesse sentido.

Fizemos essa reunião, não chegamos a formar a diretoria, o presidente e os dois vice-presidentes que representarão o nosso País no Uruguai, mas já está marcada uma reunião para esta semana, para que possamos, assim, definir essa situação. Seguindo o critério de rodízio, um Senador é que ocupará a presidência do PARLASUL no Brasil.

Temos inúmeras questões que dizem respeito à relação do Brasil com esses países vizinhos.



Eu resido no Estado de Mato Grosso do Sul, Estado que tem a maior fronteira seca do Brasil: são mais de 1,2 mil quilômetros de fronteira seca, especialmente com a Bolívia e o Paraguai. Imaginem só o que é isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados!

Como conseguir fazer com que uma fronteira tão extensa seja guarneçada, que numa fronteira tão extensa como essa se possa evitar a entrada de armas, de drogas, doenças de animais, que já trouxeram muitos prejuízos, especialmente ao meu Estado?

Como exemplo cito a febre aftosa de gado advindo do Paraguai e que impediu o Mato Grosso do Sul, durante certo período, de exportar carne para outros países.

É claro que, de lá para cá, essa realidade mudou bastante. Existe uma consciência muito grande desses países no sentido de tratar essas questões de forma integrada. Mas nós, particularmente, que representamos o Brasil nesse Parlamento do MERCOSUL — são 27 Deputados Federais que representam o Brasil, e eu faço parte desses titulares, exatamente por ser um Deputado que mora próximo à fronteira, a 125 quilômetros do Paraguai, e ali nós sentimos muitos desses problemas: o contrabando, o tráfico, a falta de sanidade animal, como citei...

A febre aftosa, doença que veio do Paraguai exatamente pela falta de controle do trânsito de animais, só foi parcialmente resolvida com a participação do Governo brasileiro, que ajudou o governo daquele país a custear a vacinação. E o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul também bancou isso, com seu pessoal especializado, com seus veterinários, para fazer com que toda essa estrutura, toda essa logística do Mato Grosso do Sul, do nosso País, fosse emprestada ao



Paraguai, para que também pudesse fazer esse controle. Se não houver essa integração, não há como se pensar em MERCOSUL.

Nós podemos pegar como exemplo os Estados Unidos e o México. Os Estados Unidos sempre bancaram o México e nunca houve falta de sanidade animal, justamente porque os Estados Unidos sempre participaram efetivamente desse combate em território mexicano. São, então, países que precisam da nossa ajuda.

Muitas vezes o Brasil ajuda um país vizinho, mas muita gente não entende isso. Mas o prejuízo é nosso mesmo se não tivermos cooperação e integração. Em muitos momentos é extremamente importante, como no caso por mim citado do controle da sanidade animal, essa cooperação entre Brasil e Paraguai, entre Brasil e Bolívia, entre Brasil e Argentina, entre nós e os países vizinhos.

Eu tive oportunidade de participar de evento que acontece anualmente na Organização Mundial de Saúde Animal, na França, onde foi concedida certificação de zona livre de febre aftosa ao meu Estado, o Mato Grosso do Sul, fato extremamente importante. Naquela oportunidade, o Presidente paraguaio, Fernando Lugo, pronunciou-se, e pudemos verificar, por suas palavras, que S.Exa. tem plena consciência do quanto é importante todo esse controle da sanidade animal no Paraguai. Se não houver esse tipo de controle, o contágio se estenderá por todo o MERCOSUL. Daí, repito, a importância de que haja uma integração geral, porque não adianta um país, isoladamente, combater a febre aftosa se os demais países não estiverem também engajados.



Outra questão que eu gostaria de colocar é a questão das drogas e das armas. Nós, inclusive, já vivenciamos um plebiscito em nosso País no sentido de acabar ou não com as armas, e há um grande estímulo de muita gente.

Eu já disse que nunca usei uma arma nem pretendo usá-la, nunca tive uma arma nem pretendo adquiri-la. Mas entendo que a pessoa, se achar necessário, deva ter em casa uma arma apenas para proteger sua família. A arma é necessária para as pessoas que residem em zona rural e em lugares muito distantes se defenderem até de animais ferozes.

Não sou a favor de a pessoa andar armada, porque, às vezes, numa briga de trânsito, pode acontecer um desentendimento e a pessoa tirar a vida de outra por uma bobagem.

Mas não é a questão do desarmamento que resolve o problema das armas nas mãos de bandidos no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Brasília, seja onde for, nos grandes centros. A questão é que essas armas passam com muita facilidade, principalmente, do Paraguai para o Brasil. É muito fácil adquirir uma arma no Paraguai. Quem conhece o Paraguai sabe disso. E eu sou um Deputado Federal, repito, de fronteira, que mora a cento e poucos quilômetros do Paraguai e conhece muito bem isso. Então é muito fácil que isso seja feito. Armas ilegais atravessam a fronteira de forma muito tranquila, porque não há um efetivo de segurança que possa dar conta, fazer frente a esses mais de 1.200 quilômetros de fronteira seca que separam o Brasil do Paraguai e da Bolívia.

Da mesma forma, as drogas na Bolívia são incentivadas, inclusive com a cultura da folha de coca. Ocorre que a matéria-prima da cocaína é passada com



muita facilidade. Antes o Brasil era apenas um corredor; hoje o Brasil é um grande consumidor.

Infelizmente hoje os jovens do nosso País estão sendo cooptados pelo tráfico de drogas. Vemos famílias serem dizimadas pelo *crack*, que nada mais é que um derivado da cocaína.

Temos, então, de ter a colaboração de países como Bolívia e Paraguai, e que eles encontrem alternativas econômicas. Na Bolívia, alega-se que a folha de coca é uma das principais fontes econômicas do país, que sobrevive da cultura da coca. Portanto, não há como evitar isso.

Por isso mesmo os demais países, principalmente o nosso, têm de criar alternativas econômicas para que esse povo possa sobreviver e livrar-se dessa coisa terrível que é a droga, que se tem tornado cada vez mais avassaladora nas famílias. É um inferno que não tem volta. As famílias que têm algum ente nesse mundo das drogas sabem disso.

Estive conversando com o Governo Federal e com o Ministério da Saúde sobre isso. Particpei também, junto ao Ministério da Justiça e ao Ministério da Defesa, de ações que estão sendo implementadas na fronteira. Fizemos uma reunião em Campo Grande, Capital do meu Estado, o Mato Grosso do Sul, envolvendo Exército, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícias Civil e Militar do Mato Grosso do Sul, Ministério da Defesa e Ministério da Justiça para ações integradas na repressão firme ao tráfico, mas com investimentos maiores.

Ao que me parece, há uma disposição por parte da Presidente da República em fazer com que haja mais investimentos para que o País tenha mais policiais, porque o contingente é muito pequeno, diminuto. Não há como os policiais



rodoviários federais e os policiais federais fazerem frente ao tamanho dessa fronteira.

Então, de um lado, nós precisamos combater o tráfico, e, do outro, recuperar as pessoas que estão no mundo do vício e querem sair. Daí por que falo do Ministério da Saúde, que vai lançar, creio eu, ainda este ano, nos próximos meses, um programa realmente robusto, de altos investimentos, para fazer com que os jovens possam se libertar, principalmente, do *crack* — cito o *crack* porque há hoje uma verdadeira epidemia — e ter uma alternativa econômica. Que o jovem possa ter uma casa para morar, sair daquele ambiente onde adquire a droga, onde a droga lhe é facilitada, e ter também uma alternativa econômica, um trabalho.

Acho que o Parlamento do MERCOSUL (PARLASUL) tem de caminhar nessa direção, assim como os Deputados Federais, os Senadores do Brasil e os demais Parlamentares de outros países. Que eles também possam criar leis, criar legislações que possam, cada vez mais, fazer essa integração entre esses países.

Concedo um aparte ao brilhante Deputado Chiquinho Escórcio.

O Sr. Francisco Escórcio - Muito obrigado pelo “brilhante”. V.Exa. é brilhante e faz um brilhante pronunciamento, que me chamou a atenção. Na semana passada, nós estivemos no Palácio visitando a nossa Ministra Ideli Salvatti. Naquela ocasião, eu e o Deputado Romário falávamos a respeito das drogas, assunto que está sendo tratado por todos nós com muita seriedade. E a Ministra fez um apelo para que nós, com aquele time da solidariedade humana que nós organizamos aqui, pudéssemos esperar, porque agora a Presidente vai fazer uma grande gestão no sentido de combater as drogas e quer que nós sejamos porta-vozes desse grande empreendimento. **E** aí seria o nosso time — V.Exa. já está convidado a participar



desse jogo que vai ser exatamente dos Deputados Federais — contra, talvez, os Deputados Estaduais do lugar onde será realizado esse grande evento. Eu já estou chamando a atenção do Brasil. É a Presidente Dilma fazendo uma grande gestão no sentido de combater as drogas. E nós estamos unidos, de braços dados com o Executivo, porque o Legislativo tem o seu papel, um papel importante. Felicito V.Exa. pelo brilhante trabalho que vem fazendo nesta Casa, principalmente pelo brilhante pronunciamento que faz na tarde de hoje sobre importante tema que envolve a todos do Brasil.

O SR. MARÇAL FILHO - Obrigado, Deputado Francisco Escórcio, representante do Estado do Maranhão e que vem fazendo este trabalho magnificamente.

Fiquei muito otimista com a informação que recebi do Coordenador de Saúde Mental do Ministério da Saúde, Dr. Roberto Tykanori. A Presidente Dilma vai lançar um programa que vai do momento em que a pessoa é internada, é recebida no hospital, até sua recuperação numa clínica. Depois do tratamento, a pessoa vai para uma residência a ser oferecida pelo Governo Federal. E dali ela vai retirar o seu sustento com um programa hoje já existente, o Comunidade Solidária, que é um exemplo, em que a pessoa pode trabalhar e ali ganhar um salário, manter-se afastada do ambiente das drogas onde vivia. Então, sem dúvida, todos nós temos que fazer a nossa parte nesse sentido.

Quero também falar de outra questão que envolve nossos países vizinhos: a educação. Há poucos dias apareceu na televisão uma reportagem sobre brasileiros que estudam em universidades da Bolívia, da Argentina e do Paraguai. São estudantes das mais diversas áreas, principalmente de Medicina, que foram para lá



ou por não terem passado nos vestibulares das universidades federais ou estaduais, universidades públicas, ou por não conseguirem pagar as altas mensalidades das universidades particulares. Mas o fato é que foram para lá, em grande número, e quando retornam não veem seu diploma reconhecido pelo Ministério da Educação.

Aliás, eu queria até abrir um parêntese em relação a isso. Eu ouvi, nesses dias, o Ministro da Educação dizendo que os estudantes têm que verificar se as universidades são autorizadas, se aqueles cursos são autorizados pelo Ministério da Educação ou, pelo menos, verificar junto aos conselhos estaduais. Achei estranha essa fala, confesso, apesar de toda a admiração que tenho pelo Ministro da Educação. O Ministério da Educação não tinha que fiscalizar isso?

O estudante entra na universidade e imagina que aquele curso está sendo autorizado pelo Ministério da Educação. Ora, se não é autorizado pelo Ministério da Educação, por que o Ministério não fecha a universidade ou não fecha aquele curso? Deixo essa questão no ar. Cabe ao estudante saber se o curso é autorizado pelo Ministério da Educação ou cabe ao Ministério da Educação a fiscalização para saber se o curso está autorizado ou não? Se está aberto, o estudante entende que é autorizado pelo Ministério da Educação. Quando chega ao final do curso, não serve para nada o diploma que ele recebeu, porque não foi autorizado pelo Ministério da Educação? Alguma coisa está errada na declaração do Ministro.

Voltando à questão desses estudantes que vão a outros países, a prova que é feita aqui para que esses cursos sejam reconhecidos é extremamente difícil, quase impossível de se passar, mostrando que o Brasil tem a intenção muito grande de dificultar a validação desses diplomas.



Os senhores e as senhoras podem dizer: *“Ah, mas o nível de ensino, em determinados lugares, é mais baixo do que o daqui.”* Não! Isso é válido para qualquer país do mundo onde a pessoa tenha feito sua universidade, seja na Suíça, seja na Bolívia, seja no Paraguai. Obrigatoriamente, tem que ser feita essa prova muito difícil.

Vamos raciocinar com relação ao MERCOSUL. Se o MERCOSUL é o mercado comum de todos os países, se todos os países têm que se integrar, se a intenção é fazer com que esses países tenham o mesmo valor, digamos assim, e sejam efetivamente cooperativos, não está na hora de se pensar nessa questão curricular de cada país para que não aconteça isso que vem acontecendo também em relação à educação?

São várias as questões — culturais, educacionais, questões como as que eu coloquei aqui, sobre o tráfico de armas, o tráfico de drogas e a sanidade animal — que fazem com que os países todos tenham que se integrar dessa forma, de forma colaborativa. Então, espero que agora, pela primeira vez como Deputado Federal fazendo parte do PARLASUL, eu possa dar a minha contribuição, como um Deputado que reside próximo à fronteira, no sentido de mostrar verdadeiramente os problemas que lá existem e que são comuns a todos os países.

Que isso sirva, efetivamente, de estímulo para que possamos, junto aos outros Parlamentares de outros países e a outros Deputados nos integrar a essa questão, que é comum, por isso que o MERCOSUL foi criado, embora sintamos que efetivamente ele ainda não se tornou algo concreto, que não demos os passos importantes que já poderíamos ter dado nessa integração. Não sentimos que as



ações frutificaram no sentido de criar uma legislação própria comum a esses países, uma facilitação nessa correlação.

Podemos citar o caso recente da Bolívia, por exemplo. A Bolívia liberou carros irregulares, que muitas vezes são roubados do Brasil e levados para a Bolívia, e não se falou a respeito disso. Era uma questão a ser colocada no PARLASUL, no Parlamento do MERCOSUL. Está correto isso? Por que isso aconteceu? O que tem que ser feito para resolver isso? Isso prejudica? Se prejudica um país, naturalmente tem que ser levado a um Parlamento como esse.

Gostaria de dar um aparte ao meu amigo Deputado representante do Maranhão Cleber Verde.

O Sr. Cleber Verde - Nobre Deputado Marçal Filho, eu estava no meu gabinete e tive a oportunidade de ouvir o vosso discurso, que aborda alguns temas, dentre os quais drogas, fronteiras. Não pude deixar de vir aqui apartear V.Exa. e falar principalmente para o Brasil, especialmente para o vosso Estado, da vossa preocupação com a questão de fazer com que o Brasil possa ter barreiras sanitárias para evitar, por exemplo, a entrada, principalmente, de gado contaminado no nosso País. Eu me recordo de uma viagem que fiz com V.Exa. Participamos juntos de um encontro da OIE em Paris. V.Exa. demonstrou preocupação, tanto que conseguiu, junto ao comitê da OIE ali apresentado, excluir Mato Grosso do Sul da febre aftosa, considerando que o Estado tinha cumprido suas obrigações. A cobertura vacinal já estava atendida. Não havia razões para manter o Estado de V.Exa. sofrendo essa retaliação, ou seja, considerando ainda os animais de lá com febre aftosa. Portanto, V.Exa. lá demonstrou, mais do que nunca, a preocupação com o vosso Estado, com os criadores e, principalmente, a preocupação com que o País, o Brasil possa, de



forma mais breve e célere, criar mecanismos de proteção, criar barreiras sanitárias para evitar a contaminação do nosso gado. Eu quero parabenizar V.Exa. pelo trabalho que faz nesta Casa, um trabalho bastante denso, que não é resumido apenas num tema, num assunto. V.Exa. discute a questão das drogas, V.Exa. discute a questão da febre aftosa, que afeta hoje diversos Estados brasileiros. O vosso Estado já saiu dessa mácula, dessa mancha que é a contaminação. V.Exa. discute, por exemplo, um tema que eu acho extremamente importante nesta Casa, para o qual o Legislativo precisa dar uma resposta agora, neste período, que é a questão dos aposentados. V.Exa. foi Relator de um projeto importante, que foi o de nº 4.434. V.Exa. tem discutido a PEC 555, que trata do fim da taxaçoão do inativo. Eu tive a oportunidade de ouvir de V.Exa. o tema desaposentação, que é um tema novo, que está, inclusive, em votação no STF. Foi adiado, mas deve ser votado ainda nesta semana, espero, para que possamos garantir aos aposentados aquilo que eu entendo que é direito deles, permitindo-lhes que possam incluir o tempo trabalhado na sua aposentadoria. Portanto, eu quero parabenizar V.Exa. e principalmente o povo do vosso Estado, que o trouxe para cá mais uma vez para contribuir com o Brasil, com propostas inovadoras e que venham de fato atender o povo brasileiro e, de forma especial, o povo de seu Estado. Parabéns a V.Exa. pelo trabalho que vem fazendo nesta Casa e principalmente pela preocupação que tem com vários temas, mas, de forma especial, com o tema dos aposentados brasileiros. Muito obrigado.

O SR. MARÇAL FILHO - Deputado Cleber Verde, queria dar um testemunho público aqui: foi através de V.Exa. que eu conheci esse termo desaposentação, que muita gente nem sabe o que é, estranha o que é.



Um dia desses, eu soube de uma aposentada que recebeu isso na justiça, como seu direito. Tomara que o Supremo agora torne isso uma jurisprudência, para que possamos corrigir essa injustiça, que é a pessoa, mesmo depois de aposentada, trabalhando, recolhendo, poder abrir mão do que ela recebia para poder, na maioria das vezes, receber mais, pelo que ela vem contribuindo a mais, continuando o seu trabalho.

Concedo um aparte ao Deputado Darcísio Perondi, brilhante representante do Rio Grande do Sul.

O Sr. Darcísio Perondi - Deputado Marçal Filho, parabéns! O seu Grande Expediente mostra a sua competência, a sua dedicação, o seu estudo pelo Brasil e a sua defesa intransigente do Mato Grosso do Sul nessa questão do gado. Em relação a essa questão do gado, o Mato Grosso do Sul é um dos maiores produtores do Brasil de grãos e de carne bovina. De fato, o Brasil é o maior produtor de carne bovina, o que incomoda outros países, outros mercados. V.Exa. faz uma defesa intransigente da pecuária do Mato Grosso do Sul, mas V.Exa. também luta pela educação. Eu quero lhe agradecer, pois, na semana passada, de pronto, V.Exa. aceitou o manifesto da bancada do PMDB, que exigia a votação imediata do destaque da regulamentação da Emenda 29, que vai colocar mais recursos na saúde. Isso mostra também a sua sensibilidade. Parabéns, Deputado Marçal! Continue com esse trabalho. Obrigado.

O SR. MARÇAL FILHO - Só para concluir, agradeço ao Deputado Darcísio Perondi, que tocou no assunto que hoje, sem dúvida nenhuma, é o maior problema do País: a saúde. O Deputado Darcísio Perondi é um dos nossos Líderes na Casa em relação a isso. Nós esperamos, conforme promessa do Presidente Marco Maia,



que até o final deste mês de setembro ainda possamos regulamentar a Emenda 29 — já passou da hora —, que vai, sem dúvida, aportar um volume expressivo de recursos na saúde.

A emenda poderá não resolver, mas, com certeza, irá mudar as imagens a que estamos assistindo em todo o País, imagens terríveis do que as pessoas que precisam do SUS, das pessoas que precisam do sistema de saúde público estão passando. São coisas de cortar o coração e que, infelizmente, não são uma realidade daqui ou dali, mas do Oiapoque ao Chuí. Em todo o Brasil, em todo o território nacional estamos passando por isso. Tenho certeza absoluta de que será votada por unanimidade, neste plenário, a regulamentação da Emenda 29.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Concedo a palavra ao Deputado Roberto de Lucena, do PV de São Paulo. S.Exa. dispõe de até 25 minutos.

O SR. ROBERTO DE LUCENA (Bloco/PV-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicio meu pronunciamento hoje expressando meu louvor a Deus, o reconhecimento à equipe médica que me operou, dias atrás, dirigida competente Dra. Lígia Terzian, para a retirada de nódulos na cervical com absoluto sucesso e a minha gratidão aos meus irmãos de fé, aos meus amigos e aos meus companheiros de luta, que não me privaram de suas orações, carinho e de suas palavras sempre encorajadoras.

Podia não estar aqui hoje, Sr. Presidente. Os meus pares haveriam de compreender que necessito de repouso, por recomendação médica. Os eleitores de São Paulo, que me confiaram o mandato por meio do voto em 431 Municípios do Estado, também compreenderiam.

No entanto, Deputado Darcísio Perondi, um motivo realmente importante me trouxe a esta tribuna hoje, o fato de que ontem completaram exatos 10 anos da fatídica manhã do 11 de Setembro de 2001: dia que marcou para sempre a história da humanidade.

Naquela ocasião, na condição de presidente nacional da Igreja O Brasil Para Cristo, denominação pentecostal à qual sirvo orgulhosamente como pastor, estava no interior do Rio Grande do Sul, na região de fronteira, visitando o nosso povo querido, cidade por cidade, na companhia do então presidente da CONVENSUL — que é um órgão da minha igreja —, meu particular companheiro e precioso amigo, Reverendo João Manoel Machado.



Estávamos em nosso desjejum no restaurante de um hotel, quando as primeiras imagens da colisão de um avião com a primeira das torres do World Trade Center começaram a ser exibidas, ao vivo, pelo canal de televisão regional. Era inacreditável, Presidente. Parecia, na verdade, a todos nós tratar-se de um trágico e infeliz acidente aéreo. Minutos depois, quando o segundo avião colidiu com a segunda torre, um sentimento de pavor tomou conta do ambiente. As cenas eram apocalípticas.

Aturdidos, acompanhamos, em diferentes emissoras de televisão, os comentários de jornalistas, políticos e analistas internacionais. Ficou claro que se tratava de um atentado terrorista planejado com bastante antecedência e executado com frieza e atrevimento, com o objetivo de humilhar e afrontar o povo americano.

Enquanto víamos, estarecidos, o desenrolar das horríveis e chocantes cenas, pensávamos que podíamos estar diante de um estopim — um estopim que facilmente poderia deflagrar, inclusive, a terceira guerra mundial.

Em seguida, meu pensamento foi ao encontro dos irmãos e amigos que moravam ou trabalhavam em Nova York e passei ansiosamente a buscar notícias deles.

Um mês depois eu estava lá em Manhattan, no Marco Zero. Era final de tarde quando caminhava por entre as inúmeras coroas de flores, fotografias, cartas, faixas, no local onde funcionava anteriormente uma estação de metrô e onde, imponentes, apontavam para o céu, até 30 dias antes, as torres gêmeas.

Ali fiz as minhas orações e senti a dor das famílias, a dor daquele povo na aguda tristeza que se misturava ao ar. O país estava em luto, a alma americana



estava abatida, o sentimento de insegurança estava por toda parte. Naquele 11 de Setembro não apenas a nação americana foi ferida, mas toda a humanidade.

Crimes como esse são crimes contra toda a raça humana. É a “Síndrome de Caim e Abel”. As Cruzadas e a Santa Inquisição foram crimes cometidos contra a humanidade. O holocausto, onde pereceram mais de 6 milhões de judeus, e o massacre de milhões de ciganos e armênios, na Europa, praticamente à mesma época, também foram crimes contra a humanidade.

Os atentados terroristas, como o que aconteceu em 11 de setembro e, antes disso, à sede da AMIA, em Buenos Aires, onde há 17 anos 85 pessoas morreram e mais de 300 pessoas ficaram feridas ou mutiladas, são também crimes contra a humanidade.

Dor que o povo norueguês também sentiu recentemente, em julho deste ano, quando um extremista disparou contra uma multidão de inocentes e detonou uma bomba no centro de Oslo, matando 77 pessoas.

O terrorismo é a manifestação mais cruel, mais terrível da malignidade. É uma ameaça comum a toda a comunidade internacional, é o uso de violência ou terror contra a população para obter efeitos políticos.

Ocorre, Sr. Presidente, que, quando não temos, enquanto Parlamento e enquanto Nação, uma posição clara de repúdio a esses tipos de crimes, fazemo-nos condescendentes, cúmplices e igualmente culpados pelo sangue derramado.

Tornamo-nos cúmplices quando admitimos, sem reação, que alguém tente negar as memórias do holocausto. Tornamo-nos cúmplices quando damos guarida a pessoas ligadas ao terrorismo internacional, permitindo que aqui, em nosso País, transitem livremente ou até mesmo que se estabeleçam entre nós. Tornamo-nos



cúmplices quando mantemos, seja em nome de qual interesse for, relações diplomáticas e comerciais com países de regimes totalitários, que desrespeitem os direitos humanos ou apoiem o terrorismo, como se nada disso nos dissesse respeito.

Em outra perspectiva, repudio todo tipo de reação com o uso de violência ou terror contra a população civil, pois assim agir é também cometer atos terroristas. E alerta para o fato de que precisamos ficar atentos para que alguns países, sob a alegação de estarem combatendo o terrorismo, não usem a bandeira do antiterror com o pretexto de também praticar uma outra forma de terror.

Em relação ao tabuleiro do jogo internacional, hoje estou convencido de que não existem mocinhos e bandidos, divididos em apenas 2 grupos bem definidos, falando de maneira simplória. A situação é bem mais complexa do que se apresenta.

O meu convencimento é de que o Brasil deva claramente se colocar ao lado da regra, da justiça, e dos direitos humanos, independentemente de quem forem os atores. Peço vênias, Sr. Presidente, se trago a esta tribuna um tema tão inconveniente. O fato é que há nesta Casa uma legislação antiterror tramitando há mais de uma década. Sim, anterior a 11 de setembro de 2001. Nela há contribuições valiosíssimas de grandes brasileiros e legisladores do mais alto gabarito, como, por exemplo, os Deputados Mendes Thame e Raul Jungmann. No entanto, esta legislação não avança. Dorme envolvida em silêncio sepulcral.

O crime de terrorismo sequer é tipificado em nosso Código Penal, o que não podemos mais aceitar.



Nobres pares, nosso senso de responsabilidade nos impõe que, no mínimo, aprovemos aqui, e com urgência, uma legislação que verse sobre o tema. Mas é evidente que isso é muito pouco.

O Governo da Presidente Dilma Rousseff se mostrou sensível às condições de vulnerabilidade das nossas fronteiras e apresentou um plano de ação interministerial, denominado Plano Estratégico de Fronteiras. A liderança do grupo de trabalho ficou a cargo do Exmo. Sr. Vice-Presidente da República, Dr. Michel Temer, cuja trajetória honra o Parlamento brasileiro. Tal plano necessita receber desta Casa todo apoio, bem como se faz necessária a instituição da Polícia de Fronteira e mais previsões orçamentárias para os programas de segurança nacional.

Sem dúvida, urge a necessidade da instituição da Polícia de Fronteira. Só uma força policial específica, com a função precípua de preservação da ordem pública nas fronteiras, será capaz de controlar, fiscalizar, monitorar e patrulhar as extensas linhas de fronteira de modo permanente, com firmeza profissional e atenção comprometida.

É igualmente necessário que a Polícia Federal seja mais valorizada e contemplada com mais recursos humanos, financeiros e tecnológicos, especialmente destinados à prevenção dessa modalidade de crime.

No entanto, Sr. Presidente, todas essas iniciativas somadas ao necessário investimento em infraestrutura e segurança representariam menos do que precisamos se não se fizessem acompanhar da afirmação da Cultura da Paz.

O pano de fundo dessas ações do mal que se traduz na forma do terrorismo é o fruto da intolerância, da radicalidade e do preconceito. É a indisposição ao diálogo, a imposição de uma leitura da vida. A isso precisamos combater frontalmente nesta



Casa! A minha convicção é de que ninguém deve morrer pela cor da pele, pela nacionalidade, etnia, religião, classe social, opção sexual ou pela sua visão de mundo. O terrorismo, Excelências, é a negação de tudo isso!

Quando uma bomba é detonada, por exemplo, estabelece-se a execução primária, sem direito à defesa, de gente que nem sabe do que foi acusado ou porque foi condenado.

O meu apelo desesperado, por vezes, a esta Casa de leis, a fim de que consideremos com seriedade e gravidade esse assunto fundamenta-se no fato de que o Brasil, cada vez mais, vai assumindo um lugar de destaque no mundo — em um protagonismo estratégico mundial, ocupando espaços importantes, e essa ocupação e essas conquistas têm um custo.

O meu apelo, Sr. Presidente, fundamenta-se na preocupação com denúncias apresentadas em matérias jornalísticas por profissionais éticos e responsáveis, como a que nos foi trazida por Leonardo Coutinho, da revista *Veja*, dando conta da presença de pessoas ligadas ao terrorismo internacional em solo brasileiro, especialmente na tríplice fronteira. E normalmente, Sras. e Srs. Deputados, quando se tem uma teia de aranha, tem-se também a aranha por perto.

Fundamenta-se no fato de que o Brasil receberá, nos anos de 2014 e 2016, eventos mundiais de incomparável repercussão, que são a Copa do Mundo e as Olimpíadas, ambientes atraentes e oportunos para quem deseja dar publicidade a uma ideia.

Por fim, meus constantes apelos traduzem meu cuidado com meus filhos, Melissa e Renan, com a minha netinha, Srta. Lívia, e com os filhos, os netos e os bisnetos de todo o povo do Brasil.



A segurança deles deve ser uma premissa inegociável e imprescindível para a sociedade e para o Estado.

Sr. Presidente, devemos trabalhar por um planeta seguro, como V.Exa. aqui faz neste Parlamento, e um mundo de paz. Esse ideal torna-se inatingível sem que, dentre outros componentes, nos empenhemos na reorganização e fortalecimento da família e no respeito à fé, ainda que sejamos partes todos nós de um Estado laico. E é bom lembrar que o Estado é laico, mas não é ateu. Esse foi o entendimento dos honoráveis Constituintes, quando evocaram a proteção de Deus no preâmbulo da nossa Carta Magna. O 11 de Setembro deixou no ar muitas perguntas sem respostas.

Quero, no entanto, caminhar para o final desse pronunciamento, citando aqui a resposta profunda e esclarecedora dada por Anne Graham, filha do conhecido evangelista norte-americano Billy Graham, quando entrevistada no programa *Early Show*, foi indagada pela apresentadora Jane Clayson de como e por que Deus permitiu que algo tão horrível assim acontecesse no dia 11 de Setembro.

Em seguida, após conceder aparte ao nosso ilustre Deputado Darcísio Perondi, do Rio Grande do Sul, quero prosseguir nessa leitura.

O Sr. Darcísio Perondi - Parabéns, Deputado Roberto de Lucena, paulista, PV, o senhor é um ótimo colega de primeira legislatura. É bom conviver com V.Exa. O senhor é pastor. O senhor é sereno, tranquilo, acalma muito as discussões. Acho que não teria outra pessoa hoje para falar — não sei se não é o único pronunciamento nesta segunda-feira — com relação aos dez anos do 11 de setembro. Em vez do ódio, o amor. Em vez do ciúme, a aproximação. Em vez do



desprezo, a solidariedade. Em vez da guerra, a paz. O senhor é um cavaleiro da paz. É bom conviver com o senhor. Parabéns pelo pronunciamento.

O SR. ROBERTO DE LUCENA - Obrigado, Deputado Darcísio Perondi. Incorporo ao nosso pronunciamento o seu aparte.

Deputado Cleber Verde.

O Sr. Cleber Verde - Deputado Roberto de Lucena, quero agradecer a oportunidade de fazer um aparte a V.Exa. no Grande Expediente. De fato, o terrorismo é uma forma cruel, vil que as pessoas utilizam e fazem vítimas. Em 11 de setembro de 2001, muitas vidas foram ceifadas e famílias ficaram com sequelas irreparáveis. Portanto, assim como diz V.Exa., tenho certeza de que Jesus, na sua obra maior, pregou e buscou o perdão acima do ódio. E que a vingança possa dar lugar à reconciliação. As nações, pela sua fé, por objetivos, às vezes, injustificáveis, fazem e cometem atrocidades como o terrorismo. Que possamos pedir a Deus que nos dê paz e nos livre desses males que afetam o mundo, por meio do Seu amor. Que possamos, realmente, consolidar e fazer essa permuta da vingança. E que essa vingança, de fato, dê lugar à reconciliação entre os povos. Parabéns pelo discurso desta tarde.

O SR. ROBERTO DE LUCENA - Muito obrigado, ilustre Deputado Cleber Verde. Eu incluo o aparte de V.Exa. ao meu pronunciamento, com muita satisfação.

Dando prosseguimento, Sr. Presidente, eu quero falar da resposta que deu Anne Morrow Graham em uma entrevista a um programa de televisão quando foi perguntada: *“Por que Deus permitiu que algo tão horrível?”* Ela responde dessa forma:



“Eu creio que Deus ficou profundamente triste com o que aconteceu, tanto quanto nós. Por muitos anos nós temos dito para Deus não interferir em nossas escolhas, sair do nosso governo e sair de nossas vidas. Sendo um cavalheiro como Deus é, eu creio que Ele calmamente nos deixou. Como poderemos esperar que Deus nos dê a Sua bênção e Sua proteção se nós exigimos que Ele não se envolva mais conosco?”

Eu creio que tudo começou” — continuou a Sra. Anne Graham Lotz — “desde que Madalyn Murray O’Hair, uma ateísta, se queixou de que era impróprio fazer orações nas escolas americanas como se fazia tradicionalmente, e nós concordamos com a sua opinião. Depois disso, alguém disse que seria melhor também não ler mais a Bíblia nas escolas. A Bíblia nos ensina” — Deputado Perondi — “que não devemos matar, não devemos roubar, e devemos amar o nosso próximo como a nós próprios. E nós concordamos” — que as Bíblias fossem tiradas das escolas —, “disse a Sra. Graham.

Logo depois, o Dr. Benjamin Spock disse que não deveríamos corrigir nossos filhos quando eles se comportassem mal, porque suas personalidades em formação ficariam distorcidas e poderíamos prejudicar sua autoestima. E nós dissemos: “Um perito nesse assunto



deve saber o que está falando”, e concordamos com ele.

O filho do Dr. Spock, depois, cometeu suicídio.

Depois alguém disse que os professores e os diretores das escolas não deveriam disciplinar os nossos filhos quando eles se comportassem mal. Os administradores escolares então decidiram que nenhum professor, em suas escolas, deveria tocar em um aluno quando se comportasse mal, porque não queriam publicidade negativa. (Há uma grande diferença entre disciplinar e tocar, corrigir, dar socos, humilhar e chutar, etc.) E nós concordamos com tudo.

Aí alguém sugeriu que deveríamos deixar que nossas filhas fizessem aborto, se elas assim o quisessem, e que nem precisariam contar aos pais. E nós aceitamos essa sugestão sem ao menos questioná-la. Em seguida, algum membro da mesa administrativa escolar muito sabido disse que, como rapazes serão sempre rapazes, e que como homens iriam acabar fazendo o inevitável, que então deveríamos dar aos nossos filhos tantos preservativos, tantas camisinhas quantas eles quisessem, para que eles pudessem se divertir à vontade. E nós dissemos: “Está tudo bem”.

Depois, alguns dos nossos políticos mais importantes disseram que não teria importância alguma o



que nós fizéssemos em nossa privacidade, desde que estivéssemos cumprindo com os nossos deveres. Concordando com eles, dissemos que para nós não faria qualquer diferença o que uma pessoa fizesse em particular, incluindo o nosso Presidente da República” — continuou a Sra. Graham Lutz —, *“desde que o nosso emprego fosse mantido e a nossa economia ficasse equilibrada.*

A indústria de entretenimento, então, disse: “Vamos fazer shows de TV e filmes que promovam profanação, violência e sexo ilícito. Vamos gravar músicas que estimulem o estupro, drogas, assassinio, suicídio e temas satânicos”. E nós dissemos: “Isto é apenas diversão”.

Agora nós estamos nos perguntando por que nossos filhos não têm consciência, e por que não sabem distinguir entre o bem e o mal, o certo e o errado, por que não lhes incomoda matar pessoas estranhas ou seus próprios colegas de classe ou a si próprios... Provavelmente, se nós analisarmos tudo isto seriamente, iremos facilmente compreender que nós estamos colhendo exatamente aquilo que temos semeado!”

Concluo, Sr. Presidente, solidarizando-me com os familiares das vítimas de 11 de setembro de 2001, do atentado ao World Trade Center, em Nova York, do atentado ao Pentágono, na Virgínia, e das vítimas do avião que caiu na Pensilvânia.



Solidarizo-me, em especial, com as famílias dos cinco brasileiros mortos nos atentados de 11 de setembro, sendo eles: Sandra Fajardo Smith, Ivan Kyrillos Barbosa, Anne Marie Ferreira, Nilton Fernão Cunha e Claudino Braga.

Por fim, solidarizo-me com os familiares de todos os soldados que perderam suas vidas na Guerra ao Terror nos últimos anos e com os familiares de vítimas do terrorismo e com os sobreviventes de atentados em todo o mundo. E aqui destaco a família do saudoso Dr. Sergio Vieira de Mello, que, em Missão de Paz da ONU, em agosto de 2003, morreu ajudando a reconstruir o Iraque.

Finalizo, mais uma vez, clamando desta tribuna V.Exas. que compõem o Parlamento brasileiro, que fazem desta Casa a caixa de ressonância da voz do povo, uma Casa que tem demonstrado especial sensibilidade com os destinos do nosso País, para que nós enfrentemos essa discussão, promovamos o desarquivamento de projetos de lei engavetados que versam sobre esse tema do terrorismo e que protejamos as nossas crianças e as futuras gerações.

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer.

Muito obrigado. Que Deus abençoe o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Muito obrigado, Deputado Roberto de Lucena. V.Exa., com a serenidade e firmeza com que apresenta suas ideias, coloca um aspecto importante: o de que a xenofobia, a prepotência, a insegurança, o medo podem ser também elementos para que pensemos na realização plena da democracia, que é o exercício pleno da cidadania, com transparência e efetiva participação por meio da universalização da educação, da saúde e da segurança pública de qualidade para todos.



O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Francisco Escórcio, do PMDB do Maranhão. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. FRANCISCO ESCÓRCIO (PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, demais colegas, venho a esta tribuna chateado. Chateado, por quê? Porque, por onde eu tenho andado, a população tem reclamado muito do preço das passagens aéreas, que está um absurdo. Para se ter uma ideia, uma passagem de ida e volta a Imperatriz, no Maranhão, está custando mais de 2.500 reais! Quem vinha para cá diz: *Eu não tenho mais condição de viajar de avião*. O negócio é absurdo.

Outro dia, eu estava colhendo assinaturas — eu tinha 140 assinaturas — para instalar uma CPI e discutir a questão aérea.

É absurda, Sr. Presidente, e inaceitável a maneira como as empresas estão, posso dizer, roubando do povo brasileiro! É incrível o cartel. Nós tínhamos duas empresas, a TAM e a Gol. Quando a Gol passou a operar em Imperatriz, o preço da passagem caiu, mas agora todas as companhias estão fazendo cartel.

Aqui, disseram que era para eu ter calma. Eu tive a calma e a prudência de não chegar a um remédio pior: a Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu colhi 140 assinaturas e talvez tenhamos que realizar essa CPI.

É um deboche com o povo brasileiro. Em dado momento, a passagem custa 600 reais ou 700 reais. Mas não sabemos como, de repente, temos uma passagem que ninguém pode pagar. Para nós, que somos Parlamentares, quem paga é o povo brasileiro. Portanto, temos que gritar aqui. Esta Casa é o lugar de debatermos e exigirmos respeito à população brasileira.



Era o que eu tinha a dizer nesta tarde, chateado que estou com tudo isso, mas eles precisam respeitar a população brasileira.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Passamos a palavra ao Deputado Darcísio Perondi, do PMDB do Rio Grande do Sul. S.Exa. dispõe de 9 minutos para falar pela Liderança do PMDB.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu fiquei feliz, muito feliz, e até peço que a entrevista concedida pela Presidenta Dilma Rousseff seja registrada nos Anais da Câmara dos Deputados.

Ontem, a nossa Presidenta Dilma Rousseff foi serena, mas firme, na entrevista que concedeu ao programa *Fantástico*, ao falar sobre muitos assuntos. Quando tocou no tema saúde, ela foi muito firme. Disse que se orgulha de ter trabalhado num governo que retirou 40 milhões de brasileiros da miséria, mas o compromisso dela agora é dar acesso à educação, à segurança e à saúde.

Quando lhe perguntaram sobre a CPMF, ela disse que é contra um novo imposto, que, quando se criou esse imposto, ele não foi colocado na saúde. Na realidade, ele foi substituído: era para ser a mais, e não o foi. Parabéns, Presidenta Dilma! E mais: ela disse que o dinheiro foi desviado. Muito bom!

A jornalista Patrícia Poeta, que entrevistou a Presidenta, perguntou: *“Foi desviado?”* *“Sim, foi, foi. O dinheiro não foi usado onde devia. Nós, na saúde pública do País,”* — ela, Presidenta — *“gastamos 2,5 vezes menos do que na saúde privada”*.

É verdade, minha Presidenta. Gasta-se mais dinheiro privado, assalariado. Até o pessoal que recebe o Bolsa Família gasta em saúde. Em país com sistema de saúde universalizado, o gasto é quase 100% público, e a nossa Presidenta afirmou para mais de 50 milhões de pessoas que estavam vendo-a que *“um país desse*



tamanho, o maior país da América Latina, com a maior economia da América Latina, gasta 42% menos na saúde do que a Argentina”, disse ela.

Muito bem. E continua a nossa Presidenta: *“Para dar saúde de qualidade, nós vamos precisar de dinheiro, sim. Não tem jeito,”* — disse a Presidenta Dilma — *“tem de tirar de algum lugar. Agora, o Brasil precisará aumentar o seu gasto com saúde, inexoravelmente”.*

Vou repetir o que disse a Presidenta Dilma ontem ao *Fantástico*: *“Para dar saúde de qualidade, nós vamos precisar de dinheiro, sim. Não tem jeito; tem de tirar de algum lugar. Agora, o Brasil precisará aumentar o seu gasto com saúde”. Ponto. “Inexoravelmente”. Ponto.*

Patrícia Poeta perguntou-lhe: *“Isso seria quando, Sra. Presidenta?”* Ao que a Presidenta respondeu: *“O mais rápido possível”.*

Parabéns, Presidenta Dilma! A senhora fez, na posse, um discurso aqui neste plenário no qual a senhora citou cinco vezes a expressão “Sistema Único de Saúde”, duas vezes a palavra “saúde” e apenas uma vez “PAC” e “PETROBRAS”. Ali a senhora lançou um sinal. Agora, após 7 meses de governo, a senhora está dizendo: *“A saúde precisa já, imediatamente, de recursos”.*

Por isso, esta Casa vai, sim, responder, votando um destaque para votação em separado no dia 28, ou antes do dia 28. Eu acho que deveríamos votar nesta semana, ou na semana que vem, e encaminhar o projeto para o Senado, que discutiria saídas definitivas para o financiamento da saúde.

Esta Casa deve rejeitar a contribuição social para a saúde. A senhora não quer, Presidenta Dilma. Esta Casa também não quer. E vai lá para o Senado, e discutiremos outras formas. Os Senadores são experimentados, sábios. No Senado,



há menos Parlamentares. Portanto, há mais capacidade de serem ouvidos e fazerem a discussão do novo financiamento para a saúde. Eu defendo os 10% das receitas correntes brutas, mas há outras saídas, como dobrar o imposto cobrado sobre o fumo e sobre a bebida.

Sr. Presidente, os dois maiores vilões das despesas com o Sistema Único de Saúde, a Presidenta já os conhece. O fumo é a principal causa indireta de internações hospitalares. A primeira causa da ocupação das nossas UTIs, caros Srs. Parlamentares e Sras. Parlamentares, é o alcoolismo. Além disso, há o excesso de caminhões, o excesso de motos, o excesso de carros, acidentes, bebida, morte, que encarecem o SUS. Há saídas também para a legalização do jogo.

Mas eu estou contente. Esse é um trabalho que resulta de um estudo que a senhora fez, no qual a senhora mergulhou. E o Ministro Padilha, certamente, alimentou a senhora com dados, Presidenta Dilma.

Nós, da bancada da Frente Parlamentar, e o grupo de Parlamentares do PMDB estamos contentes com o nosso Vice-Presidente Michel Temer, que assumiu o compromisso de trabalhar internamente, dentro do Governo. Parabéns, meu Presidente Michel Temer!

Hoje, falo pela Liderança e estou muito feliz também com o meu Líder, o Deputado Henrique Eduardo Alves. O PMDB foi valente, altaneiro, corajoso, estudioso. Disse aqui o meu caro Líder que o PMDB estava a favor dos pequenos e médios produtores do Brasil, em defesa de um Código Florestal justo. Deputado Marçal Filho, devemos nos orgulhar do nosso partido.

Agora, Deputado Francisco Escórcio, do nosso querido Maranhão, devemos nos orgulhar também do PMDB, porque assumiu a bandeira em defesa do SUS. O



PMDB está do lado da Presidenta Dilma, quer votar a regulamentação, rejeitar o destaque, encaminhar para o Senado e fazer uma grande discussão.

O PMDB é um partido historicamente comprometido com a saúde pública. Seus Deputados na Constituinte foram criadores do SUS. Lideranças do PMDB foram construtoras da Emenda 29, em 1999 e em 2000.

Agora, o meu partido está firme na defesa da saúde pública, para o melhor acesso da população a uma consulta básica ou a uma consulta especializada; para o fim das filas para cirurgia; para mais vagas nas UTIs e mais qualidade de vida a todos os brasileiros; enfim, para um SUS que seja para todos os brasileiros, todos. O SUS não é somente para o pobre ou o assalariado, mas para todos. Quem quiser que tenha um plano de saúde particular, mas o SUS é para todos.

Há um plano de trabalho para esta semana e para as duas próximas. Amanhã e quarta-feira, Prefeitos do Brasil inteiro virão a Brasília pedir a votação da Emenda 29 e do veto dos *royalties*. Na quinta-feira, meu caro Presidente, o PMDB realiza um fórum nacional com Prefeitos, Vice-Prefeitos, Deputadas e Deputados Estaduais e Federais, Vereadoras e Vereadores, quando vamos discutir nossas bandeiras: Código Florestal, educação básica, ensino médio profissionalizante, SUS, definição de um código para a agricultura brasileira.

Na terça-feira, será realizada Comissão Geral e, no dia 27, entre 3 mil e 5 mil pessoas irão ao Palácio do Planalto com flores na mão para dizer à Presidenta Dilma que urge resolver a crise do SUS, animadas mais ainda com a declaração de Sua Excelência.

Sr^a. Presidenta, eu estou animado, eu estou contente com a sua posição de resolver já o financiamento do SUS, mas, evidentemente, com gestão e mais



recursos. Parabéns, Presidenta Dilma! Parabéns, Michel Temer! Estou muito contente também com o meu Líder Henrique Eduardo Alves. O Brasil precisa, sim, de mais recursos na saúde e na educação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

ENTREVISTA A QUE SE REFERE O ORADOR



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 239.1.54.O
Data: 12/9/2011

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4176

(INSERIR DOCUMENTO DETAQ Nº 1, DE PÁGS. 1 A 17#)



O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Convido o Deputado Marçal Filho para presidir os trabalhos, uma vez que eu serei o próximo orador nas Comunicações de Liderança.

O Sr. Luiz Couto, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Marçal Filho, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.



O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) - Concedo a palavra ao Deputado Luiz Couto, para uma Comunicação de Liderança, pelo PT.

S.Exa. dispõe de até 10 minutos.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Oposição continua teimando em querer realizar uma CPI e a cada momento forja um acontecimento para dizer que o Governo não está fazendo o trabalho de investigação. Isso não é verdadeiro. A Controladoria-Geral da União tem feito o seu trabalho de auditar, de solicitar ao Ministério Público que encaminhe a representação, exigindo que aqueles que desviaram recursos públicos possam devolvê-los, mas cabe ao Judiciário julgar. Muitos não os devolvem e ficam buscando os remédios jurídicos para que haja mais tempo até serem julgados.

Também a Polícia Federal tem feito um trabalho exemplar, um trabalho republicano. É motivo de orgulho e de alegria perceber que tanto no Governo Lula quanto no da nossa Presidenta Dilma a Polícia Federal é republicana: não importa o partido, a condição social, a condição econômica. Na realidade se investiga e se apura. Agora, o Executivo não julga. Quem julga é o Judiciário. Também existem os setores de fiscalização: o Ministério Público, que faz a defesa da sociedade; a Controladoria, que tem um papel importante; o Parlamento.

A nossa Presidenta, numa entrevista, disse algo importante: *“Faxina a gente faz”*. Então, daqui a pouco, para. É como se a casa estivesse suja e você fizesse uma faxina para ajeitar. Depois, fica normal. Ela disse: *“Eu quero, sim, e vai continuar, o combate profundo, sistemático, contra a corrupção”*.



A corrupção é histórica! A corrupção é profunda! Não adianta pegar o pote da corrupção, tirar a tampa e, depois, tirar só a borra que está em cima. Muita coisa está lá embaixo. É preciso fazer esse trabalho. Eu tenho certeza, Sr. Presidente, de que essa ação será feita com muita profundidade.

Disse a nossa Presidente que não vai ser conivente com nenhum ato de corrupção. E ela disse que, cada vez mais, vai querer daqueles que estão no Governo uma vigilância maior, para que cada centavo, cada real seja utilizado para trazer qualidade de vida ao povo brasileiro.

E ela lembrou muito bem o que estava no discurso de posse e também no discurso de quando foi eleita. Ela repetiu: *“Nosso Governo fará uma ação para que a população tenha a universalização da educação em todos os níveis, desde o ensino infantil até o ensino superior, passando pelo ensino tecnológico, pelo ensino fundamental e pelo ensino médio, fazendo com que, cada vez mais, nós tenhamos a universidade e a escola pública trazendo qualidade de vida e qualidade na educação”*.

Ela disse também que a saúde será um elemento importante. É claro que ela disse que não vai criar imposto. Mas aí vai tirar dinheiro de onde? A Constituição já trata dos lucros das empresas e dos dividendos que são encaminhados ao exterior. É preciso regulamentar esse dispositivo.

É preciso regulamentar também a taxação das grandes fortunas. Em outros países, os próprios empresários se colocaram à disposição. Na França, os empresários das grandes fortunas disseram: *“Nós temos que colaborar, para enfrentar a crise”*. Então, vamos analisar a questão da taxação das grandes fortunas e também a dos grandes salários. O Deputado Assis Carvalho apresentou projeto



que cria um novo perfil para o Imposto de Renda, desde 5% até 45%. Outros países já têm, para os grandes salários, 50% para o Imposto de Renda.

Então, há necessidade, sim, de tirar dinheiro, de fazer com que tenhamos recursos para o investimento na saúde, a fim de que a saúde seja de qualidade para todos. Mas temos também que atuar no combate ao desvio de recursos públicos que acontece ainda no nosso País.

A Controladoria-Geral da União, ao fazer auditoria em diversos Municípios, encontra lá desvio de finalidade. Ou seja, os recursos para se ter uma saúde de qualidade muitas vezes são desviados. O posto médico não é construído. Os equipamentos também... O remédio faz de conta que se compra.

O que mais funciona em alguns Municípios são as UTIs da BR. O prefeito recebe o dinheiro, não o utiliza para a saúde do Município, contrata uma van ou ônibus — alguns usam até o caminhão da escola, o ônibus que seria para a educação — e leva gente para os grandes hospitais das capitais ou das grandes metrópoles para que ali haja atendimento. Isso prova que nós precisamos também fazer o combate efetivo contra esse desvio que acontece. A questão da gestão pública para a saúde pública é fundamental.

E finalmente disse a nossa Presidenta: *“É preciso cuidar para que tenhamos um sistema de segurança pública como um direito humano, um direito humano para todos e de todos”*.

Nesse sentido, Sr. Presidente, é preciso investir em tecnologia, investir numa segurança que faça um trabalho educativo para a cidadania, no conhecimento dos direitos e dos deveres, para que se possa trabalhar também a prevenção, impedindo que os crimes possam acontecer.



Daí a realização do Mapa da Violência, onde os crimes acontecem, para que a Polícia Civil esteja presente, investigando, e a Polícia Militar e a Polícia Federal façam o trabalho para prender não apenas os bagrinhos, mas principalmente os tubarões que estão desviando recursos, fazendo o processo de corrupção.

Finalmente, é preciso também investir na inteligência, no trabalho de inteligência. Eu fiquei triste quando ouvi um Parlamentar, que exerceu a função de delegado, dizer que era necessária a tortura para obter as provas. Usar a tortura como método de investigação? Existe a inteligência, pode-se fazer um trabalho de inteligência, pegando todo o esquema que está sendo responsável pela ação criminosa, fazendo o que fazem os países que investem em tecnologia, que investem na capacitação de policiais, que investem na educação, em políticas públicas e, principalmente, no salário dos policiais.

Nesse sentido, quero parabenizar a nossa Presidenta pela forma como está presidindo nosso País. E, quando perguntaram a ela o que mais chamava a atenção no seu Governo, disse que era o programa de distribuição de medicamentos para pessoas com doenças crônicas que não podem comprá-los e, em segundo lugar, a continuação do Programa Brasil Sem Miséria. Efetivamente, agora, é fazer investimentos na educação, universalizando-a, na saúde e também na segurança pública, enfim, tratar esses temas como direito humano para todos e de todos.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Luiz Couto, o Sr. Marçal Filho, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cleber Verde, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.



O SR. PRESIDENTE (Cleber Verde) - Apresentação de proposições.

PROPOSIÇÕES APRESENTADAS:



O SR. PRESIDENTE (Cleber Verde) - Vai-se passar ao horário de

VI - COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Marçal Filho, pelo PMDB.



O SR. MARÇAL FILHO (PMDB-MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Cleber Verde, Sras. e Srs. Parlamentares, não poderia deixar de falar também a respeito da saúde, o maior problema que vive hoje o País. Sem dúvida alguma, qualquer pesquisa que for realizada no Brasil mostrará que a saúde é a primeira reivindicação apresentada pela população. A dificuldade que as pessoas têm hoje de serem atendidas de forma digna é gritante, não só na minha cidade de Dourados, no Mato Grosso do Sul, um Estado relativamente novo, mas em todo o País.

No contato com a população percebemos a dificuldade para se conseguir uma consulta com especialistas, a dificuldade para se conseguir um exame; uma cirurgia, então, nem se fala.

Nessas cidades menores — onde vivo —, em relação aos grandes centros, a dificuldade é maior. Em muitas delas, os médicos não querem trabalhar, porque eles não têm a estrutura necessária para fazer um bom atendimento ou não querem se deslocar dos grandes centros com sua família para morar em uma cidade pequena.

Muitas vezes os Prefeitos colocam até notícias em jornais de grande circulação, oferecendo altos salários aos médicos de determinadas especializações. Mesmo assim, os médicos não querem ir para lá, não querem trabalhar lá, porque sabem que, além do problema familiar, além de a família não querer aceitar ir para um lugar pequeno, também há a questão da estrutura.

Ele estará com um grande abacaxi na mão, que é não ter uma estrutura necessária de UTI, de pronto-socorro, de tudo isso, para fazer um atendimento rápido, e a responsabilidade do resultado poderá cair nas suas costas. Ele poderá



ser responsabilizado até criminalmente por, às vezes, não fazer um atendimento adequado, exatamente pela falta de logística que essas cidades não possuem.

Há muitas cidades que não têm um aparelho de raio X. Dias atrás, na minha cidade, que tem 200 mil habitantes, estava faltando isso. Então, imaginem a que ponto chegamos. O médico, às vezes, não consegue dar um diagnóstico preciso, porque não possui equipamentos necessários para isso. Muitos deles não se habilitam a ir para essas pequenas cidades.

Então, veja como a questão da saúde é complicada. Já falamos aqui de diversos ângulos da questão do atendimento à saúde, mas eu apresento mais esse, que é uma dificuldade bem característica das pequenas cidades.

Além disso, precisamos atentar para a questão do financiamento do SUS, como vários Deputados aqui colocaram, mas não cabe mais a criação de nenhum tributo, de nenhum imposto neste País. Ninguém aguenta mais, ninguém suporta mais nenhum tipo de imposto.

E vale lembrar o seguinte: a CPMF — que começou como uma contribuição provisória, que se tornou permanente durante longo tempo e que só não continuou porque foi derrubada pelo Senado Federal — não mudou a realidade da saúde brasileira.

Lembro-me bem que à época em que vigia a CPMF a situação era a mesma que vemos hoje: as pessoas em cadeiras nos corredores dos hospitais, com soro no braço, aguardando vaga para um leito hospitalar.

Então, se você olhar bem, vai verificar que a CPMF não mudou o quadro que existe hoje. Não é verdade o que se diz. Quem diz que ela mudou o quadro daquela época não conhecia a realidade daquela época. Mas, se você fosse a qualquer



hospital, pelo menos na minha região, pelo menos no meu Estado, as dificuldades eram as mesmas. Eu era Deputado Federal à época, e as pessoas me procuravam até para interceder junto ao hospital, até para ir lá e verificar a situação, tentando, de alguma forma, fazer com que a pessoa que estava com uma enfermidade grave pudesse ser atendida imediatamente.

Então, o imposto não resolveu absolutamente nada. O atendimento foi precário àquela época, repito, pelo menos no meu Estado, pelo menos na minha cidade, porque o recurso não foi exatamente destinado à saúde propriamente dita, no melhor pagamento ao médico, no pagamento melhor ao profissional da saúde, no gasto com equipamentos melhores, de maior tecnologia. Enfim, o recurso não foi aplicado na saúde.

E, agora, quando vejo esse movimento para aprovarmos aqui a regulamentação da Emenda 29, fico satisfeito, feliz, porque a União se verá obrigada a investir mais recursos, os Estados da mesma forma, porque há muitos Estados brasileiros que aplicam minimamente na saúde, diferentemente dos Municípios. A maioria esmagadora dos Municípios aplica muito mais na saúde do que constitucionalmente previsto. Mas muitos Estados só fazem de conta. E a União também não destina recursos de forma adequada, como deveria ser.

Agora, esse destaque, que deverá ser apresentado ao Projeto de Lei Complementar nº 306-B, de 2008, é que me preocupa, porque nós temos que retirar esse art. 16, através do destaque, para não criar uma nova modalidade de tributo, para que novamente o brasileiro tenha que pagar a conta.



É simplesmente retirar de determinadas áreas, e aí já foram as mais diversas ideias colocadas para a área da saúde. E como disse aqui o Deputado Luiz Couto sobre a gestão da saúde também, existem muitos desvios neste País.

E posso me reportar à cidade de Dourados, no Estado de Mato Grosso do Sul, onde o Prefeito e o Vice-Prefeito foram cassados e praticamente todos os Vereadores, com exceção de um, foram indiciados. De um total de 11 Vereadores, nove foram presos. E todos por causa de envolvimento de desvio de recursos na área da saúde, exatamente na área da saúde. Hospitais foram envolvidos, dirigentes hospitalares indiciados, tudo por conta de desvios na área da saúde — medicamentos, encaminhamentos, equipamentos superfaturados, medicamentos que não foram entregues à população. Enfim, questões envolvendo a área da saúde.

É evidente, e todos nós sabemos que é preciso mais recursos para a saúde, para fazer frente a isso, porque medicina custa caro. Mas não há dúvida de que é preciso que se melhore a gestão na área da saúde em todo o País. Ao lado disso, tem de haver grande cobrança na aplicação da saúde, assim como grande fiscalização, porque senão vira um saco sem fundo, algo sem controle.

Todos nós, Deputados, estamos prontos para votar, este mês, se Deus quiser, a regulamentação da Emenda 29, não para acabar, digamos assim, com os problemas da saúde, mas melhorar bastante, pois é o que estamos precisando.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cleber Verde) - Parabéns pelo discurso, nobre Deputado Marçal Filho.



O SR. PRESIDENTE (Cleber Verde) - Dando continuidade às Comunicações Parlamentares, concedo a palavra ao nobre Parlamentar Paes Landim, que disporá de 10 minutos pelo horário das Comunicações Parlamentares e de mais 8 minutos para uma Comunicação de Liderança. Portanto, S.Exa. dispõe de 18 minutos.

O SR. PAES LANDIM (Bloco/PTB-PI e como Líder.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os jornais de hoje destacam os resultados do último ENEM, mostrando inclusive um certo declínio do ensino das escolas públicas do País.

A partir da reforma do ensino, em 1969, as boas e tradicionais escolas, de certa maneira, perderam a sua dimensão escolar, em virtude da invenção de colégios voltados exclusivamente para a preparação para o vestibular. As escolas deixaram de ser formadoras, a fim de ser meramente instrutoras. Isso, de certa maneira, envolveu no próprio declínio valorativo da formação do alunado.

Recordo-me, Sr. Presidente, dos meus tempos de estudante do ensino médio. Estudar em colégios públicos, como no Colégio Estadual da Bahia, em Salvador, no Liceu Piauiense, em Teresina, no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, era o objetivo, o sonho de todos da classe média ou de pessoas pobres, que necessitavam da escola como instrumento de acesso social.

A parafernália da reforma universitária de 1968 acabou com tudo isso, mas, de certa maneira, algumas escolas tradicionais conseguiram sobreviver e outras criadas nos últimos 40 anos também se destacaram.

Venho aqui destacar, Sr. Presidente, que, entre as 30 primeiras escolas colocadas no exame do ENEM, praticamente todas — 27 ou 28 escolas, salvo engano — são escolas particulares. Entre as 100 escolas mais destacadas do Brasil, apenas umas dez são escolas públicas. Poucas são as escolas públicas,



destacando-se aí os colégios militares, as escolas de aplicação ligadas às próprias universidades federais e as escolas técnicas federais.

Sr. Presidente, quero aqui destacar o tradicionalíssimo Colégio de São Bento, criado ainda no século XIX. Em primeiro lugar, como sempre — de vez em quando é o primeiro lugar no ENEM —, teve como Reitor a saudosa figura de Dom Lourenço de Almeida Prado, um dos maiores educadores do Brasil, o qual tive o privilégio de conhecer pessoalmente.

Certa feita, visitei Dom Lourenço, que foi me mostrar as salas de aula do Colégio de São Bento, quando era Reitor. Fiquei espantado porque aquele colégio famoso tinha salas de aula modestas, espaços modestos, ambiente modesto, mas a formação do aluno, a qualidade do saber do aluno era desiderato fundamental do São Bento, como ainda o é hoje.

Dessa maneira, no São Bento, que é um dos poucos colégios que atendem aos objetivos de Anísio Teixeira, o aluno de ensino fundamental e básico da classe permanece o dia inteiro estudando, fazendo tarefas ou assistindo a aulas.

Tem tal respeitabilidade o Colégio de São Bento no Rio de Janeiro que, contou-me Dom Lourenço de Almeida Prado, embora ficasse numa área que, à época, pelo menos há 10 anos, era das mais inseguras do Rio, a Praça Mauá, na região do cais, onde havia assaltantes e pessoas com várias passagens pela Polícia, nunca um aluno do São Bento veio a ser molestado. Eventuais marginais, ao saberem que aquelas pessoas eram do São Bento, tinham respeito, veneração, porque sabiam que ali estavam diante de pessoas dedicadas ao ensino e ao saber.

Quero aqui destacar sobretudo duas escolas do meu Piauí: o Instituto Dom Barreto, que já teve oportunidade de ocupar o primeiro lugar, e também a Escola



Maria Goretti. Ambos são de Teresina. O Instituto Dom Barreto obteve a segunda nota, mas o Educandário Santa Maria Goretti também teve a sétima nota, com 727,60 pontos. Ficou em primeiro lugar o Colégio de São Bento, com 761,70 pontos, e o nosso Dom Barreto ficou com 754,13 pontos. Aliás, os dois primeiros colocados são os únicos resultados que dão oportunidade aos estudantes de ingressarem na mais conceituada faculdade de medicina do Brasil hoje, que é a Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais.

Sr. Presidente, o Instituto Dom Barreto foi criado por um visionário da educação, o saudoso Prof. Marcílio Rangel. Tive oportunidade aqui de falar sobre ele, quando da sua morte. Tive oportunidade de falar sobre o Instituto, quando ficou em primeiro lugar no ENEM. O Instituto hoje, graças às suas irmãs, principalmente a sua Diretora, Maria Stela Rangel da Silva, fez questão de preservar o grande legado do irmão.

Mas o que mais me espanta é que no Brasil, com tanta precariedade de ensino, escolas como Dom Barreto tenham passado por graves dificuldades financeiras, dificuldades para pagamento de INSS, de folha de pagamento, e não recebem o estímulo do poder público. Certa feita disse ao então Ministro Paulo Renato que até ele recuperasse as escolas públicas do Brasil iria demorar praticamente uma geração. Seria bom que o Governo Federal investisse nas boas escolas particulares, sobretudo aquelas sem fins lucrativos. É o caso do São Bento, do Instituto Dom Barreto, do Educandário Maria Goretti — o que obtêm é para investir na escola, nos professores.

Dom Barreto, Sr. Presidente, tem a maior biblioteca do Piauí, com cerca de 90 mil livros, superando as universidades e bibliotecas do Estado. Então, vejo



dificuldades, espaços apertados, mas o amor, a dedicação, o senso de responsabilidade, o senso de sacerdócio que animaram o seu fundador animam as suas irmãs, que dirigem nosso Dom Barreto, tendo à frente, repito, a extraordinária Profa. Maria Stela Rangel da Silva.

É exemplar a solidariedade, a confraternização de seus professores, que estão cientes de uma missão diante do Dom Barreto, do seu compromisso sério para com a formação dos seus alunos. Tanto é que todos os sábados os professores se reúnem para almoçar na própria escola, como o fazem diariamente. Mas sábado é um dia de confraternização entre todos eles. Quero parabenizar sua diretora, uma mulher sofrida, corajosa, nordestina, que, com a morte inesperada do irmão — que morreu novo, dedicado à escola, sacrificado pela escola —, resolveu levar à frente o seu ideal.

Portanto, parabenizo o São Bento, o Dom Barreto, a escola Educandário Maria Goretti, de Teresina, duas escolas, eu sei, que vivem um momento de dificuldades — dificuldade dos pais de pagar as mensalidades e falta de um estímulo governamental para as suas ações. São as melhores escolas do Brasil e as de anuidade escolar mais baratas.

Seria importante que os empresários brasileiros tivessem aquele espírito de despreendimento das grandes empresas americanas, empresas europeias, que investem nas boas escolas. A Lei Rouanet podia ser um grande instrumento nesse sentido, Sr. Presidente. Eu penso em fazer uma emenda à Lei Rouanet, possibilitando que escolas desse nível, sem fins lucrativos, escolas que têm uma missão sacerdotal por excelência na educação possam receber benefícios da Lei Rouanet. O certo, Sr. Presidente, é que se o Piauí teve uma escola pública com a



pior nota, em compensação entre as 30 melhores escolas avaliadas pelo ENEM se encontra, além das duas citadas, o Instituto Educacional da Criança — INEC, com nota 715,11.

O Piauí sofrido sabe que somente através da boa escola os seus filhos poderão ter ascensão social e conquistar posição de relevo no contexto social e econômico do País.

Sr. Presidente, quero também aproveitar a oportunidade para parabenizar a EMBRAER, que criou há poucos anos, há menos de 10 anos, um colégio, o Colégio EMBRAER Juarez Wanderley, somente para preparar alunos para o ITA, Instituto Tecnológico de Aeronáutica, e para as grandes escolas de engenharia do Brasil. A melhor delas é o ITA, claro, ali mesmo, em São José dos Campos, recrutando alunos de classe média, para dar oportunidade a esses alunos. A EMBRAER dá bolsas de estudos a esses alunos pobres. Essa é uma função social fantástica na empresa EMBRAER, um exemplo que deveria ser seguido por algumas empresas brasileiras, que, com poucas exceções, ocupam-se da formação de estudantes brasileiros, no caso, até, de uma maneira genérica, a Fundação BRADESCO, uma das instituições de ensino em nosso País.

Não posso deixar de, mais uma vez, aplaudir esse gigante do empreendedorismo brasileiro que é Jorge Gerdau, dedicando seu tempo integral à educação desses jovens brasileiros, apesar da multiplicidade dos seus afazeres.

Portanto, acho que as ideias de Anísio Teixeira hoje vêm sendo mais executadas pelas escolas privadas, ao invés das escolas públicas, o que foi seu grande sonho.



Aliás, o lastimável de tudo, Sr. Presidente, é que hoje os dirigentes educacionais do País, às vezes, nem sequer conhecem a obra de Anísio Teixeira. O próprio Ministério da Educação deveria incentivar a reedição das suas obras. O INEP por ele formulado, junto com Lourenço Filho e Fernando Azevedo, tinha por objetivo fomentar o estímulo, a formação pedagógica dos seus professores, para melhor se dedicar ao aprendizado do alunado. Graças a projeto de lei de minha autoria — tenho sempre orgulho de dizer —, ele se chama Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Hoje o INEP se envolve em várias outras atividades. Chegou até a cuidar da burocracia da criação de universidades e de ensino universitário, finalidade para a qual nunca foi criado. Basta ler o discurso de posse de Anísio Teixeira no antigo INEP para se saber que já foi dele a ideia de criar o chamado FUNDEF, que deveria, por dever de justiça, ter o seu nome. Mas a vaidade da burocracia não deixou que o nome de Anísio Teixeira viesse à tona.

Sr. Presidente, quero hoje também destacar, como já o fiz, a grande escolha da Ministra Dilma Rousseff desse grande homem público, tão modesto em gestos, em vida, quanto grande em espírito público, que é Paulo Sérgio Passos, esse grande atual Ministro dos Transportes.

Nordestino formado em Economia pela Universidade da Bahia e pós-graduado na Universidade Getúlio Vargas, Sérgio Passos tem sido o grande suporte institucional ético do Ministério dos Transportes. Fiquei muito feliz com sua designação, não só pela sua postura rigorosamente ética e funcional, mas porque conhece profundamente o Brasil e o Nordeste, sobretudo.



Há 25 anos na condição de Deputado Federal, foi o único Secretário Executivo, quando conversei com ele, que sabia que a BR-020 existia, esse grande projeto de Juscelino Kubitschek, essa grande rodovia de integração nacional que precisa ser concluída. Modéstia à parte, desde os primeiros momentos na condição de Deputado nesta Casa venho insistindo para que esse grande sonho de Kubitschek seja construído como integração nacional, a partir de Brasília, com todo o Nordeste, sobretudo economizando daqui para o Piauí e Fortaleza, 400 e 600 quilômetros, respectivamente, evitando o acúmulo de viagens pela Rio-Bahia.

Portanto, tenho certeza de que o Batalhão de Engenharia do Exército, que tem um grande papel na construção dos trechos da BR-020, sobretudo Brasília-Fortaleza, Brasília-Barreiras, Barreiras à fronteira com o Piauí e, graças às minhas emendas, São Raimundo Nonato a Simplício Mendes, agora, com a nomeação para a direção do DNIT do eminente General Jorge Ernesto Pinto Fraxe, especialista em engenharia e que já dirigiu a área de construção do Exército, vai ser a alma da motivação da conclusão da chamada Fortaleza-Brasília. O Batalhão de Engenharia do Exército, primeiro, foi o grande construtor da BR-020, depois da morte de Juscelino, e também daquela parte da estrada, a chamada estrada piçarrada. Mas fez a construção do asfalto até Barreiras e foi retomando aos poucos.

Quero destacar, Sr. Presidente, nesse sentido, outro grande lutador pela BR-020 que não se encontra nesta Casa neste momento: o Deputado baiano João Leão, Secretário de Governo da Bahia desde o mandato passado do Governador Jaques Wagner. Tenho certeza de que ele está muito feliz, porque sabe da satisfação que o Exército tem de cumprir esse desiderato de Juscelino Kubitschek,



que é a estratégia de integração nacional, a BR-020. Ele foi um dos grandes lutadores pela BR-020, pela construção dela pelo Exército, como também o fui.

Imagine, Sr. Presidente, ele visitou toda a BR-020 pelo seu trecho original. Convidou-me, mas eu não tive condição de fazer naquele momento. E, por coincidência, um dos melhores trechos da estrada federal do Nordeste é exatamente resultado de emenda de sua autoria, de Barreiras até a fronteira com o Piauí. Há um determinado momento em que a estrada tem uma dimensão de largura que poucas estradas federais do Nordeste têm. Exatamente o Batalhão de Engenharia de Construção do Exército faz com eficiência, com denodo, com muita técnica essas estradas.

Nesse sentido, o Deputado João Leão faz falta nesta Casa, porque ele foi sempre um grande lutador pela construção da BR-020, essa rodovia que se chama Juscelino Kubitschek, graças a uma emenda de minha autoria, sancionada pelo Presidente Lula.

Portanto, neste momento, vejo o Ministério dos Transportes entregue em boas mãos. De um lado, esse grande Ministro, pela sua dimensão moral, ética, profissional e competência, que é Paulo Sérgio Passos. Um baiano ilustre, que conhece profundamente o Nordeste e o Brasil, até porque a sua pós-graduação pela Fundação Getúlio Vargas lhe deu uma dimensão objetiva do País.

Por sua vez, o DNIT está entregue ao General Jorge Ernesto Pinto Fraxe, que tem experiência na área de construção e com a lendária história dos Batalhões de Engenharia de Construção do Exército na construção das melhores estradas federais do Brasil.



Essa é a grande esperança. Tenho certeza de que o setor rodoviário do Brasil, como de resto todo setor entregue ao Ministério dos Transportes, com a direção do Ministro Paulo Sérgio, responderá ao desafio da Ministra Dilma Rousseff, aos desafios do PAC, aos desafios do Brasil, de uma infraestrutura cada vez melhor e mais segura.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Paes Landim, o Sr. Cleber Verde, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Marçal Filho, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.



O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) - Dando sequência às Comunicações Parlamentares, de acordo com o art. 90 do Regimento Interno, concedo a palavra ao nobre Deputado Cleber Verde, brilhante representante do Maranhão, pelo PRB. S.Exa. dispõe de 10 minutos.

O SR. CLEBER VERDE (PRB-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobre Deputado Marçal Filho, vou ler duas matérias, uma delas publicada no *Ojornalweb* do dia 8 de setembro de 2011, intitulada: *Serra Pelada prepara retomada da exploração de ouro 20 anos depois.*

“Ponto de atração de trabalhadores de todo o País que migravam em busca de riqueza no início dos anos 1980, o garimpo de Serra Pelada, distrito do Município de Curionópolis, no sul do Pará, começa a renascer.

Há mais de 30 anos, a exploração começou em um imenso buraco, aberto manualmente e interditado pelo Governo Federal, em 1992, devido à falta de segurança. Agora, quase 20 anos após ser fechado, o garimpo se prepara para uma nova fase de exploração, prevista para se iniciar em 2012. Ao lado da cava onde muitos perderam a vida soterrados, uma nova mina, desta vez toda mecanizada, está em fase final de construção.

Em 17 e 18 de agosto, o G1 esteve em Serra Pelada e mostra em uma série de reportagens o projeto e a estrutura da nova mina, o cotidiano da localidade e a



esperança dos que ainda não desistiram do sonho de encontrar ouro.

A nova estrutura faz renascer a fase de exploração na localidade, que chegou a ser considerada a mais farta em ouro do Brasil. A expectativa da empresa responsável pela nova exploração é de que ainda existam cerca de 50 toneladas de minério, entre ouro, paládio e platina, prontos para serem extraídos nos próximos 10 anos.

O novo garimpo de Serra Pelada é resultado de uma parceria entre a Cooperativa dos Garimpeiros de Serra Pelada (COOMIGASP) e a empresa de mineração Colossus, do Canadá.

A aliança, firmada em 2008, gerou uma terceira empresa, a Serra Pelada Companhia de Desenvolvimento Mineral (SPCDM), detentora da Portaria de Lavra, documento concedido pelo Governo Federal que permite a retirada de minério do local.”

Sr. Presidente, quero fazer um parêntese. Eu estive presente, em companhia do Senador Lobão e de sua equipe de Governo, na entrega da Portaria de Lavra, que permitiu o início das atividades da exploração de ouro naquela localidade.

“A Portaria inicialmente foi repassada para a cooperativa, que, depois do fechamento da mina, ganhou um termo de posse do Governo Federal. Mas, sem recurso para realizar pesquisas que apontassem a receita



de minérios, a cooperativa firmou parceria com a Colossus.” A empresa canadense.

‘Existe o produto e se acredita no projeto. É natural que todos os garimpeiros sonhem, como eu sonho muito, de que tem muito ouro ainda aqui. Mas se acontecer de não ser da forma como esperamos, vamos ter de esperar. O sonho do garimpeiro é o meu sonho. E eu sonho alto. Queremos ficar’.”

Ou seja, esperar o resultado da exploração desse ouro. Estas são as palavras do Presidente da COOMIGASP, na reportagem de *Ojornalweb*.

“O terreno, onde a nova mina subterrânea está sendo instalada tem cem hectares. Para fins de comparação, é pouco menor que a área do Jardim Botânico, no Rio de Janeiro, ou equivalente a quase toda a área do Vaticano. O terreno fica ao lado da antiga cava aberta pelos garimpeiros, atualmente desativada e transformada em um grande lago.

Ao todo, a COOMIGASP detém três áreas de exploração no distrito de Serra Pelada, com um total de 1.089 hectares. Além do local que já está sendo transformado em nova mina por meio de parceria com a Colossus, a cooperativa ainda tem outras duas áreas, uma de 123 hectares e outra de 700, que estão sendo avaliadas pela empresa canadense.



Caso seja constatada a presença de minerais também nessas duas regiões, a cooperativa pretende firmar parceria com a Colossus nos mesmos moldes da efetuada na nova mina de Serra Pelada.

Segundo o Diretor-Geral da Colossus no Brasil, Paulo de Tarso Serpa Fagundes, até 2013, a empresa canadense deve investir 320 milhões de reais, a fim de que a nova mina de Serra Pelada traga os resultados esperados.

Desde 2008, quando a parceria com a cooperativa de garimpeiros foi formada, já foram injetados na região 190 milhões de reais pela empresa canadense, segundo afirma o diretor da empresa.

‘Este é um projeto pioneiro. Não existe empresa canadense listada em bolsa que invista o volume de recursos que a Colossus está investindo. No momento em que colocarmos a mina em funcionamento, esse modelo vai acabar servindo de exemplo para outras parcerias’, acredita Fagundes.

Diferentemente da antiga mina de Serra Pelada, onde a exploração era artesanal e na superfície — o que deu ao local o apelido de ‘formigueiro humano’ —, na nova mina a exploração será mecanizada e subterrânea.



Pelo menos 350 metros de mina subterrânea já foram escavados, segundo a empresa, e a expectativa da Colossus é de que a mina alcance cerca de 400 metros” — restando apenas 50 metros — “de profundidade, o equivalente a um prédio de 120 andares, com rampas e acessos subterrâneos.

Abertas com o emprego de dinamite, as galerias de onde serão extraídos os minérios estão sendo concretadas, a fim de se evitar possíveis desmoronamentos. A cada explosão, avança-se três metros.

O túnel principal da mina, por onde passam os veículos e circulam os funcionários, também está recebendo telas de contenção e camadas de concreto. A movimentação da rocha é acompanhada periodicamente por meio de medidores instalados ao longo do trajeto da mina.

Antes de seguir pelo longo túnel que dá forma à nova mina, os funcionários precisam passar por uma série de procedimentos de segurança.

O primeiro é um curso específico com 30 horas de treinamento, onde o funcionário recebe informação sobre os primeiros socorros e orientações sobre como se portar a tantos metros de profundidade.



“Segurança para nós é primordial”, afirma o coordenador da mina, Sr. Hélio Machado Filho.

Em geral, cada funcionário permanece até seis horas dentro da mina, sob uma iluminação que se assemelha à de uma casa à noite. Protetores de ouvido e colete sinalizador são de uso obrigatório, além de máscaras para respiração e a chamada máscara de fuga, que tem vida útil de 25 a 120 minutos de oxigênio, em caso de possível desmoronamento. Antes de entrar na mina, todos ainda precisam verificar a pressão arterial.”

Daí o cuidado da empresa com a segurança.

“As regras de segurança não faziam parte da realidade dos antigos garimpos”, como na época da exploração anterior.

“O trabalho dentro da mina é realizado durante 24 horas por dia. Enquanto a nova Serra Pelada não começa a extração, cerca de 200 funcionários se revezam em três turnos de trabalho.”

Inclusive, Sr. Presidente, quero registrar — fazendo um parêntese — que estive presente, junto com o Ministro Lobão e alguns membros do Governo, para conhecer o trabalho feito nesse túnel, que é escavado da forma como aqui é colocada. Pude perceber, de fato, a preocupação da empresa com a segurança daqueles que lá trabalham.



Quero também registrar uma matéria do portal G1, publicada no dia 8 de setembro, intitulada *Líder da cooperativa de garimpeiros anda com segurança particular. Ex-presidente da cooperativa foi assassinado a tiros em 2008.*

Diz a matéria:

“Desde que assumiu a presidência da Cooperativa dos Garimpeiros de Serra Pelada (COOMIGASP), Gessé Simão”, Presidente da cooperativa, “teve de mudar a rotina. O ex-garimpeiro, que chegou a Serra Pelada no começo dos anos 1980, não anda mais sem a companhia de um segurança particular.

As reuniões comandadas por Simão na localidade de Serra Pelada são acompanhadas por policiais militares de Curionópolis.”

“As medidas de segurança, segundo ele, são necessárias. O antecessor, Josimar Barbosa, foi assassinado com 13 tiros em maio de 2008, pouco antes de ser firmado o acordo entre a cooperativa e a empresa canadense Colossus, que deverá permitir a abertura da nova mina de Serra Pelada.”

Faço este registro, citando aqui matérias do *Ojornalweb* e do *G1*, jornal eletrônico da Globo, ambas publicadas no dia 8 de setembro de 2011, exatamente por estar acompanhando esse assunto.

Nesta Casa, tive a oportunidade de trabalhar na criação da uma Frente Parlamentar em apoio ao garimpeiro, discutindo várias frentes, dentre as quais a



reabertura do garimpo de Serra Pelada, devolver ao garimpeiro o que até então parecia ser um sonho utópico, que não poderia se transformar em realidade. O garimpeiro de Serra Pelada, de tanto sonhar e acreditar nesse projeto, está viabilizando, está concretizando esse sonho. E certamente essa parceria com a empresa canadense, através de um contrato, acompanhado pelo Governo...

Também tive a oportunidade, como Deputado, de acompanhar a formação desse contrato. Participei inclusive de assembleias, onde os garimpeiros manifestaram apoio e adesão a este contrato firmado com essa empresa, que está trabalhando exatamente para trazer resultados de forma concreta aos nossos queridos sonhadores, que hoje estão buscando transformar esse sonho, como eu disse, em realidade.

Há uma previsão do início das operações para março de 2012 e para, de fato, obterem resultados do trabalho de exploração da mina.

Quero, Sr. Presidente, nesta oportunidade, dizer que infelizmente muitos Parlamentares, inclusive do Pará, tentaram de alguma forma incitar movimentos contrários, para barrar esse que é um sonho que, como eu disse, se está transformando em realidade e que foi acompanhado e discutido.

Certamente essa entrevista do jornal *G1* foi uma espécie de avaliação do que ali estava sendo feito, tanto que a matéria é muito contundente quando fala do trabalho realizado e da expectativa de resultado já para o início do próximo ano.

Eu não posso deixar de mencionar, por exemplo, insatisfações por conta de opositores que acabam comprometendo esse que era um grande projeto para beneficiar cerca de 30 mil brasileiros, dentre os quais 20 mil maranhenses.



Por isso, preocupei-me em vir aqui fazer a leitura de uma matéria que teve como alvo um trabalho sério ali executado por uma cooperativa que vem trabalhando em favor dos seus garimpeiros.

Sr. Presidente, quero fazer um chamamento a esses Parlamentares para, em vez de incitar, de alguma forma, a desunião — porque foi a desunião que não permitiu, no passado, o direito da exploração do garimpo —, que estejam conosco, assim como V.Exa. Eu já estou com o ato da Mesa, assinado pelo Presidente da Casa, que cria a Comissão Especial para discutir a pensão vitalícia para o garimpeiro de Serra Pelada. É uma PEC que tramita nesta Casa. Inclusive, V.Exa. é membro da Comissão Especial e poderá ser o Relator, indicado pelo PMDB.

Então, faço o chamamento desses Parlamentares para, junto conosco, discutirmos e aprovarmos esse projeto, que é meritório, é um direito do garimpeiro — porque é constitucional, a previsão é legal — obter aposentadoria, como qualquer outro trabalhador.

Eu, na condição de Presidente do PRB Trabalhador, não poderia deixar de fazer este chamamento aos Parlamentares. A exemplo do Deputado Arnaldo Jordy, do PPS do Pará, venham para a Comissão nos ajudar a aprovar e a garantir um direito que é fundamental para o garimpeiro do Pará e do Brasil: a aposentadoria.

Sr. Presidente, ao concluir, quero, primeiro, parabenizar V.Exa. pela decisão de, através de seu partido, fazer parte dessa Comissão; segundo, parabenizar o partido pela escolha de um Relator como V.Exa., que tem sensibilidade com as causas dos aposentados. Eu não tenho dúvida de que V.Exa. vai nos ajudar a construir esse direito que foi tirado do texto constitucional. Nós vamos devolver ao texto da Constituição o princípio legal que vai permitir ao garimpeiro do Brasil o



direito à aposentadoria; e ao garimpeiro de Serra Pelada, o direito a uma pensão vitalícia.

Quero conclamar os Deputados a se juntarem a nós. O PT ainda não se manifestou em relação a essa Comissão Especial.

Sr. Presidente, convido o Deputado Arnaldo Jordy e outros Parlamentares a se somarem conosco. Os que são preocupados com a questão do garimpeiro que venham trabalhar conosco a questão do direito previdenciário, o direito do garimpeiro à aposentadoria, especialmente o direito à pensão vitalícia para o garimpeiro de Serra Pelada.

Sr. Presidente, esse sonho, que, como eu disse, se parecia mais com um sonho utópico, hoje é uma realidade muito próxima. Acredito que até o mês de março de 2012 o garimpeiro terá aquilo com que tanto sonhou: o retorno, o pró-labore, os recursos provenientes daquilo que é seu, que é o garimpo, a exploração do ouro, que está acontecendo em parceria com a empresa canadense Colossus.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância e pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) - Muito bem, Deputado Cleber Verde. Parabéns pelo pronunciamento.



O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Reguffe, brilhante representante do Distrito Federal, pelo PDT, por até 10 minutos.

O SR. REGUFFE (PDT-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, protocolei na Comissão Especial de Reforma Política sete propostas que, na minha opinião, mudariam a cara da política neste País.

Vivemos hoje num Estado Democrático de Direito, mas não vivemos num Estado Democrático de fato, porque as pessoas não se consideram representadas nos seus representantes legalmente constituídos. Isso é muito grave! A democracia representativa está em crise. É preciso, então, diagnosticando o problema, dar o remédio e tentar resolver a grave doença que temos hoje na nossa democracia representativa.

A população não acredita em política, não acredita nos políticos. Isso é culpa dos personagens, por desvios éticos inaceitáveis, mas isso também é culpa do sistema. Então é preciso modificar o sistema, é preciso uma reforma política profunda que mude a forma de se fazer política e a forma de se eleger os políticos neste País.

Eu protocolei, na Comissão Especial de Reforma Política, sete propostas objetivas para mudar a cara da política deste País.

Primeira proposta: fim da reeleição para cargos executivos e limite de uma única reeleição para cargos legislativos, para que a política seja um serviço e não uma profissão, para que o sistema seja constantemente oxigenado, renovado.

Segunda proposta: instituição do voto facultativo, fim do voto obrigatório neste País. Hoje, muitas pessoas votam sem fazer a reflexão devida de que esse gesto precisa e merece. Acaba que votam em qualquer um. Qualquer, às vezes, é o único



que ela conhece. O único que ela conhece, às vezes, é quem tem mais propaganda. Quem tem mais propaganda é quase sempre ou o mais rico ou um financiado por grandes grupos empresariais. Além de mais democrático, o voto facultativo vai melhorar a qualidade da representação política.

Terceira proposta: instituição do voto distrital. Hoje há uma distância enorme entre representantes e representados. Um cidadão de bem que queira entrar na política e que chega para qualquer pessoa e diz “*eu vou entrar na política*” é desestimulado a fazer isso. Ou a pessoa acha ele boa pessoa e acha que ele não vai ter chance, porque o nosso sistema político só privilegia o poder econômico, ou a pessoa já pensa: “*O que será que esse cara vai querer na política?*”

É preciso dar chance às pessoas de bem. Quando se diminui a área geográfica da campanha, se divide o Estado em distritos e cada distrito passa a eleger um Deputado, diminui-se o custo da campanha. Porque, hoje, a pessoa tem que fazer campanha no Estado inteiro. Vai bastar fazer campanha em um distrito. Politiza-se mais as eleições, porque vai passar a ter debates. Nós tivemos na última eleição, no Estado de São Paulo, 1.131 candidatos a Deputado Federal. Que debate há com 1.131 candidatos? Nós tivemos na eleição aqui no Distrito Federal 855 candidatos a Deputado Distrital. Não existe nenhum debate. Ou seja, há uma despolitização do processo eleitoral e uma desideologização da política. Isso é muito ruim.

Quarta proposta: instituição de um sistema de revogabilidade de mandatos. A pessoa, para ser candidato, teria que registrar na Justiça Eleitoral suas propostas e compromissos. A Justiça Eleitoral publicaria essas propostas e compromissos no seu *site*. Uma vez eleita, qualquer eleitor, tendo votado nessa pessoa ou não,



poderia entrar na Justiça e pedir o mandato dessa pessoa de volta, se ela não cumprir qualquer um daqueles compromissos que ela fez na campanha.

Isso vai fazer com que o Deputado seja um representante de fato, não apenas de direito, porque, se ele não cumprir qualquer um daqueles compromissos, perde o mandato. Isso vai fazer com que o eleitor, em um ponto futuro, passe a votar mais nas propostas do que simplesmente nas pessoas, porque ele vai ter a garantia legal de que aquele, se eleito, tem que cumprir aquilo.

Se alguém, por exemplo, defende a redução da carga tributária, ou diz que vai votar contrariamente a qualquer aumento de tributo ou criação de tributos neste País e é eleito, é obrigado a seguir a procuração que recebeu de seu eleitor. Não vai poder chegar lá e mudar de opinião. Isso ajudaria inclusive a trazer mais consciência ao voto e ao processo político.

Quinta proposta: instituição do financiamento exclusivamente público de campanha. Acabar com doação privada em campanha política; acabar com esta promiscuidade que existe hoje entre público e privado na política.

As pessoas falam assim: *“Ah, mas vai dar dinheiro público para campanha política”*. Seria o dinheiro mais bem investido da história do Brasil, garantiria representantes isentos de qualquer pressão de quem financiou suas campanhas, porque quem financiaria passaria a ser o povo. *“Ah, mas vai ter corrupto do mesmo jeito”*. Aí o problema não é a corrupção, o problema é a impunidade, a falta de fiscalização e de punição absolutamente rigorosas em quem cometeu desvio de recursos ou ilicitude.

Agora, a minha proposta é diferente da que está sendo debatida, porque, se der simplesmente dinheiro para o candidato, haverá desempregado querendo ser



candidato: *“Ah, eu vou ganhar dinheiro”*. Se hoje já existe candidato só para alugar, vender tempo na televisão, que dirá ganhando dinheiro diretamente. Por isso, minha proposta é sem dar dinheiro diretamente aos candidatos.

Como seria a proposta? A Justiça Eleitoral faria licitações. A gráfica que ganhasse imprimiria o panfleto de todos os candidatos para aquele determinado cargo, naquele determinado lugar, com igualdade de condições para todos — mesmo tamanho, mesmo formato, igual quantidade. A pessoa teria que ganhar no conteúdo, nas suas propostas, nas suas ideias. A produtora de televisão que ganhasse a licitação gravaria o programa de todos os candidatos àquele determinado cargo, naquele determinado lugar. A campanha seria chata: mesmo fundo. Agora, a pessoa teria que ganhar ali, no convencimento, nas ideias, nas propostas. Isso daria igualdade de condições a todos os que fossem candidatos. Aí seria democracia para valer.

Sexta proposta: instituição das candidaturas avulsas. A pessoa poderia ser candidato sem estar filiado a um partido político. Que sistema democrático é este nosso em que mais da metade da população diz, em pesquisa, que não se considera identificado em partido nenhum? Essas pessoas têm sua cidadania castrada, porque podem votar, mas não podem ser votadas. **Ora**, se a pessoa quer ser candidata sem estar filiada a um partido, paciência. Mas ela tem que ter esse direito. Por que ela não tem esse direito?

Na Itália existem as listas cívicas. Então, penso que no Brasil a pessoa também poderia ser candidata sem estar filiada a um partido político, desde que conseguisse assinaturas de 1% do eleitorado onde vai disputar a eleição, para que



também tivesse algum controle na inscrição de candidatos. Mas ela teria o direito de ser candidata sem estar filiada a um partido político.

E a sétima e última proposta que protocolei na Comissão Especial da Reforma Política é a que segue o princípio da Constituição Federal da separação dos Poderes. Se uma pessoa se elege Deputado, tem que cumprir o mandato como Deputado; se ela se elege Senador, tem que cumprir o mandato como Senador. Se quiser ir para o Poder Executivo, ser Ministro de Estado ou Secretário de Estado, tem todo o direito, mas tem que renunciar ao mandato.

Eu não estou propondo nada original. Nos Estados Unidos, por exemplo, quando o Presidente Barack Obama convidou Hillary Clinton para ser a Secretária de Estado, cargo que equivale ao de Ministro das Relações Exteriores aqui no Brasil, ela teve que renunciar ao mandato de Senadora pelo Estado de Nova York, para poder assumir a Secretaria de Estado dos Estados Unidos.

Então, não estou propondo nada original. Não pode a pessoa estar num dia no Poder que fiscaliza, no dia seguinte no Poder fiscalizado e no dia seguinte no que fiscaliza de novo. Tem que haver uma separação de Poderes.

Não sou dono da verdade. Acho que não há nenhum sistema político perfeito. Mas acho que são propostas que melhorariam a qualidade do nosso sistema político, da nossa representação política. Acho que traria a política mais para perto do cidadão, faria com que ele não enfrentasse esta enorme distância que separa representantes de representados. Traria a política para perto. Eu acho que nós teríamos campanhas eleitorais mais igualitárias, pelo menos com bem menos influência deste nefasto poder econômico que temos nas campanhas hoje.



Eu acho que o sistema político precisa mudar. Este País precisa de uma reforma política profunda. Eu acho que a contribuição que posso dar são essas sete propostas que foram debatidas por mim, na minha campanha eleitoral, com os meus eleitores, escritas por mim no meu panfleto de campanha e protocoladas aqui, conforme o compromisso que assumi com os eleitores que votaram em mim.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Reguffe, o Sr. Marçal Filho, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Cleber Verde, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.



O SR. PRESIDENTE (Cleber Verde) - Dando continuidade às Comunicações Parlamentares, concedo a palavra ao último orador inscrito, Deputado Augusto Carvalho, pelo PPS.

O SR. AUGUSTO CARVALHO (Bloco/PPS-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, foi publicado o resultado do último Exame Nacional do Ensino Médio — ENEM. Os dados confirmam aquilo que os especialistas, os que se debruçam sobre a educação brasileira já vêm há muito tempo anunciando como o grande desafio: a necessidade de superação da imensa desigualdade entre a escola pública e a escola privada em nosso País. Nessa avaliação, oito em cada dez escolas públicas ficaram abaixo da média, e, das 20 melhores, 18 são escolas privadas.

Então, são várias informações, Deputado Reguffe, que apontam a degradação permanente que vem ocorrendo ao longo de décadas. Não é culpa da Presidente Dilma, do Presidente Lula ou do Presidente Fernando Henrique, é um processo de degradação do ensino público que o Brasil vem mostrando, ao contrário do que ocorre em outros países. O Exame mostra esse grande desafio.

Falta investir em recursos na saúde. Todos os dias ouvimos aqui a grande polêmica sobre a regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, de 2000: uns querendo mais imposto, outros não aceitando de maneira alguma. Mas, e aí, onde se buscar os recursos? O fato é que, se o SUS existe e deve manter seu caráter universal, há que se buscar os recursos e estabelecer como prioridade a saúde do povo brasileiro.

E a educação? É o outro grande desafio. Nós vemos na história dos outros povos que quem investiu em educação como obsessão nacional conseguiu galgar



os patamares do desenvolvimento sustentável, da qualidade de vida e principalmente da capacidade de as gerações que se sucederam terem maior possibilidade de crescimento não apenas econômico de seus países, mas de desenvolvimento da potencialidade do ser humano.

Por isso, eu acho que todos os movimentos que aqui nesta Casa e no Senado se fazem são para fortalecer e melhorar a qualidade da educação pública. E nós devemos saudá-los não apenas dentro do Parlamento. Eu ouvi há pouco o Deputado Paes Landim, um dos especialistas nas questões relativas à educação, citar, no seu discurso, a possibilidade de se abrirem os incentivos da Lei Rouanet para aqueles empresários que queiram investir nas escolas, adotá-las.

O fato, Sr. Presidente, é que são importantes as experiências de outros povos — os Estados Unidos sempre serão referências —, com investimento pesado de empresas privadas custeando fundações de pesquisa, universidades, tendo retorno do saber, do conhecimento, das tecnologias desenvolvidas no novo ciclo de cada vez maior desenvolvimento dessas empresas.

Então, nós temos de melhorar o salário dos professores, porque não haverá mestres que educarão as gerações que virão depois de nós com esse tipo de atratividade: os seus salários. É preciso investir nos equipamentos das escolas. É preciso fazer uma verdadeira revolução, a começar pelo ensino infantil.

Essas desigualdades se engendram ainda na mais tenra idade. Como imaginar uma mãe ou um pai que têm de ir à luta diária para trazer para casa pão de cada dia sem uma creche, que deveria ser pública, em todas as nossas cidades, em todos os lugares, para que essas crianças possam, desde o primeiro momento, ter



amor, acompanhamento, aprendizado monitorado por quem seja formado, treinado para isso?

Esta é a reflexão que eu gostaria de trazer a V.Exas. neste momento. Quero também dizer do grande desafio que o Brasil tem pela frente para se tornar uma grande nação, não apenas uma grande economia, mas um país que realmente tenha um futuro a apresentar para os nossos filhos.

Não poderia deixar, Sr. Presidente, de me manifestar sobre os 10 anos que transcorreram desde aquele fatídico 11 de setembro de 2001, em que a covardia, a barbárie, a violência inaudita mancharam de sangue não os Estados Unidos, mas a humanidade inteira.

Não há como deixar de trazer a solidariedade do nosso partido. Tenho certeza de que todos os outros Parlamentares, se estivessem presentes, se inflamariam conosco, levando a nossa mensagem de solidariedade ao povo americano e a outros povos por todas aquelas vítimas. Estavam ali brasileiros e pessoas das mais variadas origens.

Ali foi o emblema da brutalidade humana, do terrorismo como arma de luta política. Deve ser condenado por todos aqueles que não podem imaginar que a prevalência das ideias seja obtida por meio desse torpe comportamento, dessa atitude absurda que levou, a partir dali, numa resposta também mais alucinada, os Estados Unidos, na sua retaliação quase cega, unilateral, sob o comando do ex-Presidente Bush, a uma campanha negativa sobre todos os aspectos de vingança, a começar pelo ódio que infundiu nos povos, especialmente nos povos árabes, em razão de tanta violência. Em que usou a tortura, inclusive, como método de busca de informação e levou à ocupação de dois países sem que o resultado que se



perseguia ou que as armas de destruição em massa que se acusava que teriam sido desenvolvidas pelo Iraque, acabaram se revelando numa grande farsa para justificar uma barbárie da ocupação militar de uma potência de outros países.

Por isso, Sr. Presidente, espero que o Presidente Barack Obama consiga fazer valer o seu projeto de conquista do poder a que se referia o Deputado Reguffe, porque é importante que os candidatos também lá tenham seus compromissos de campanha permanentemente monitorados pela sociedade. Mas torço, e acho que toda a humanidade também, para que esse trágico embate diário, em que milhares de americanos perderam a vida, possa ter um fim, que as tropas sejam trazidas de volta aos Estados Unidos e que tanto o Iraque quanto o Afeganistão, e outras nações que no mundo árabe, especialmente, buscam a liberdade, obtenham a sua autodeterminação em paz e que a busca de soluções negociadas para conflitos seja a marca da diplomacia de todos os povos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



VII - ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Cleber Verde) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, lembrando que amanhã, terça-feira, dia 13, às 10 horas, haverá sessão solene em homenagem à Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados e à Agência Câmara pelo transcurso do seu 11º aniversário de fundação. Lembro também que haverá sessão conjunta, às 19 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados.



O SR. PRESIDENTE (Cleber Verde) - Encerro a sessão, designando para amanhã, terça-feira, dia 13 de setembro, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 239.1.54.O
Data: 12/9/2011

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4176

(Encerra-se a sessão às 18 horas e 27 minutos.)